O JUDICIÁRIO

Jornal mensal da Associação dos Magistrados Catarinenses - Ano I, nº7 - Novembro/2006

Nova Lei Antidrogas provoca polêmica

A nova Lei Antidrogas entrou em vigor no mês de outubro fazendo uma distinção entre usuários-dependentes e traficantes. Desde o dia oito, quem for pego com entorpecentes para consumo próprio não pode mais ser preso. Agora, os usuários têm a garantia de tratamento bancado pelo Estado e poderão ser punidos apenas com advertências, medidas socioeducativas e prestação de serviços comunitários. Já para os traficantes, o rigor foi aumentado, com as penas subindo dos antigos três a quinze para os atuais cinco a quinze anos de prisão. As mudanças são reflexos do foco na saúde e prevenção da nova legislação. Outro exemplo desse caráter não-repressor é a criação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). O órgão vai coordenar e orientar o trabalho preventivo em todo o país.

A nova Lei Antidrogas é baseada na ideologia da escola européia de combate às drogas, em substituição ao pensamento americano que predominava no país. Apesar de ser considerada moderna e eficiente por boa parte do meio jurídico brasileiro, a Lei nº 11.343 tem gerado controvérsias. Há dúvidas se o Estado terá meios de garantir tratamento para os usuários e se haverá um possível aumento do consumo como conseqüência da diminuição do rigor para os usuários.

Págs. 8 e 9

Foto: Bruno Zamora Teoro

Desde o dia oito de outubro, quem for flagrado com drogas para consumo próprio não pode mais ser preso. As penalidades passam a ser advertências, medidas socioeducativas e prestação de serviços comunitários

Foto: divulgação

Em Quilombo, escolas receberam visita do juiz da comarca e realizaram atividades com o tema "paz"

Semana da Paz mobiliza sociedade

Pelo menos sete municípios de Santa Catarina realizaram atividades voltadas à celebração da Semana da Paz, entre os dias cinco e 12 de outubro. A proposta da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) foi sancionada pelo governador em exercício no começo de setembro - a partir de então, todos os anos deverão ser realizadas atividades voltadas para a paz no período citado. As crianças e os adolescentes são os principais alvos dessas atividades.

A primeira edição da Semana foi bem recebida pela população, que aderiu em grande número às passeatas, apresentações artísticas e demais programações, como o plantio de "árvores da paz", passeios ciclísticos e palestras em escolas.

Pinhalzinho, Quilombo, Abelardo Luz, Ouro Verde e Ipuaçu, no Extremo Oeste do Estado, Imaruí, no Sul, e São Francisco do Sul, no Norte, foram as cidades que aderiram à Semana da Paz. A proposta está inserida no âmbito do projeto "Agente da Paz", promovido pela AMC, que visa à formação de uma cultura de não-violência. Desde a sua criação, onze municípios catarinenses já aderiram à campanha.

Pág. 6

Entrevista

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) lançará, em 2007, duas campanhas: a popularização da reforma política, que permitirá a todo cidadão compreender a importância da proposta, bem como um trabalho em favor da adoção de crianças internadas em diversos abrigos do país. É o que revela, entre outros assuntos, o presidente da entidade, juiz Rodrigo Collaço, em entrevista concedida ao jornal "O Judiciário".

Pág. 4

OAB

Duas chapas já estão inscritas para as eleições da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina (OAB/SC), que serão realizadas no dia 16 de novembro. Concorrem à presidência da entidade os advogados Paulo Roberto de Borba (situação) e Luiz Fernando Roslindo (oposição). A Ordem promoverá, ainda, eleições para a Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, bem como para os conselhos Federal, Estadual e Pleno.

Pág. 11

Esmesc

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc) já instalou o seu segundo núcleo de estudos avançados, na área dos Juizados Especiais e Casas da Cidadania. O evento foi realizado em Balneário Camboriú, no dia 7 de outubro. Segundo a coordenação geral dos núcleos, a iniciativa tem por objetivo criar um canal de comunicação entre os profissionais da área, para a troca de experiências e produção acadêmica.

Pág. 13

Eleições

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Luiz Henrique da Silveira (PMDB) ganham as eleições, respectivamente, para a Presidência da República e Governo do Estado de Santa Catarina. Luiz Henrique quebra o tabu da alternância de poder, sendo o primeiro governador reeleito na história política do Estado. O peemedebista fez 1.685.184 votos, contra 1.511.916 do seu adversário, o ex-governador Esperidião Amin (PP).

Pág. 15

Opinião

Editorial

Consideradas como um dos principais fatores de desagregação familiar, as drogas sempre despertaram amplos debates em diversos segmentos da sociedade. Da ilusão do prazer momentâneo após o uso à dor de quem tem parentes vitimados pelo vício, as discussões nunca atingiram o patamar de sobriedade que o assunto merece e necessita, já que se trata de uma das piores pragas da sociedade moderna.

Por muito tempo apostou-se na repressão como forma de erradicar o problema das drogas. O tráfico e o uso de entorpecentes recebiam normalmente quase o mesmo tratamento do Estado. Na prática, usuários eram obrigados a dividir as mesmas celas com traficantes e outros criminosos de maior periculosidade.

Com a nova Lei Antidrogas, nº 11.343, aprovada em agosto deste ano, o Governo Federal e o Congresso Nacional passam a encarar o assunto de uma outra forma, ou seja, como uma questão de saúde pública. O usuário passa agora a ser visto como alguém que precisa de ajuda e tratamento adequado para se livrar do vício. Se qualquer cidadão for pego, hoje, com uma pequena quantidade de drogas e ficar comprovado que a mesma era para consumo próprio, ele não mais será obrigado a ficar preso na companhia de outros criminosos. Nesses casos, serão aplicadas as tais medidas socioeducativas, que normalmente são serviços prestados à sociedade, além de ser disponibilizado tratamento específico para os dependentes de entorpecentes.

Múltiplas são as indagações a serem feitas com aprovação da lei nº 11.343. A primeira delas, e talvez a principal, é: será que o Estado está preparado para atender adequadamente a legião de usuários pelo país afora? Também não há, pelo menos por enquanto, como prever se, ao amenizar a punição para os usuários de drogas, o Estado poderia estar incentivando ainda mais o consumo das mesmas.

De qualquer forma, a nova Lei Antidrogas traz em seu bojo um mérito que merece ser aplaudido por todos: o reconhecimento de que o vício em drogas é uma doença e como tal deve ser encarada. É importante que o Estado não se atenha somente ao debate em torno das drogas ilícitas. Outras, como o álcool e o cigarro, também andam por aí a desagregar famílias e a desgraçar vidas, sem que a sociedade discuta suas conseqüências com a devida lucidez.

Cartas

imprensa@amc.org.br

"Duas matérias da seção 'Decisões Judiciais' me chamaram a atenção por mostrar como algumas empresas ainda desrespeitam clientes e funcionários no nosso país. Obrigar um funcionário a usar capacete de morcego e dar voltas em uma praça parece coisa de outro mundo. E é inadmissível um estabelecimento comercial revistar uma adolescente, além de tudo inocente, perante vários outros clientes. Tomara que um dia consigamos eliminar estas práticas no Brasil".
** Jorge Gonçalves Bezerra Júnior, Florianópolis*

"Espero que a Lei Maria da Penha realmente melhore a atual situação de muitas famílias brasileiras, especialmente das mais pobres, nas quais o índice de violência contra a mulher é maior. O que precisa ser feito agora é cumprir a lei com rigor e colocar os agressores atrás das grades".
** Patrícia Hirose Almeida, estudante*

"Muito boa a matéria sobre o sistema prisional de Santa Catarina. Lamentavelmente as nossas cadeias estão repletas de marginais, que só dão despesas para o Estado. Aliás, o Executivo estadual poderia se espelhar no exemplo de Jaraguá do Sul, que oferece ocupação aos detentos e melhores condições carcerárias aos mesmos."
** Gilson Silva, office boy*

"Excelente a notícia sobre os novos cargos do Tribunal de Justiça para todos os 'concurseiros' do Estado de Santa Catarina. Agora é aguardar o fim dos trâmites burocráticos para que o edital do futuro concurso seja aberto. Deve demorar mais de ano, mas é uma esperança a mais para quem quer entrar no serviço público".
**Lincoln Enichi Abe, Joinville*

"Gostaria de cumprimentar e parabenizar toda a equipe do jornal 'O Judiciário', pela edição, diversidade de temas e, em especial, o desembargador Silveira Lenzi, pela coluna 'Toga Justa'. Criativo, polêmico e cercado de informação, nos incentiva ao início da leitura pela última página! Parabéns! Sou assessora judiciária na comarca de Forquilhinha e acompanho (e coleciono) os exemplares do jornal."
** Wânia Kamienski, assessora judiciária*

"Fiquei chocada em saber que Santa Catarina ainda é o único Estado do país que não possui uma Defensoria Pública que, segundo a matéria, serve para garantir assistência jurídica e judiciária às pessoas comprovadamente carentes. Tomara que essa situação não perdure."
** Thaysi Estigarribia, estudante, São José*

Memória

Foto: acervo particular

O grande jurista falecido Raimundo Faoro, então presidente do Conselho Federal da OAB, em Lages, no ano de 1982, inaugurando a pedra fundamental da construção da primeira sede da subseção na cidade. Atrás, da esquerda para a direita, os então presidente da subseção, Edézio Waltrick Caon, conselheiro federal Silveira Lenzi, Evilásio Caon, presidente da seccional, Júlio César Ribeiro da Silva, secretário da subseção e promotor de Justiça Nazareno Furtado Koëche

Frases

"Lula não tem outro mandato a disputar e dispõe da última oportunidade para se alçar a um nível de grandeza histórica. Cercar-se de gente extremamente idônea e competente."
** Hélio Jaguaribe (FSP, 27/10)*

Expediente

Jornal "O Judiciário"
Publicação mensal da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC)
Ano I, nº 7 - Novembro/2006
Tiragem: 3 mil exemplares/ Impressão: Gráfica Araucária

Jornalista responsável: Fabrício Severino/ SC01061-JP
Textos: Fabrício Severino, Bruno Zamora, Luiza L. Carreirão
Colaboração: assessorias de imprensa do TJ/SC, MP, JF, OAB/SC e AMB
Projeto gráfico e diagramação: Luiza Lehmkuhl Carreirão
Coordenação editorial: Carlos Alberto Silveira Lenzi

Diretoria Executiva:

Juiz José Agenor de Aragão/ Presidente
Des. Solon d'Eça Neves/ 1º Vice-Presidente
Juiz Paulo Marcos de Farias/ 2º Vice-Presidente
Juiz Luís Francisco Delpizzo Miranda/ Secretário-Geral
Juiz Sérgio Luiz Junkes/ 1º Secretário
Juiz Marcelo Volpato de Souza/ 2º Secretário
Juiz Dinart Francisco Machado/ Tesoureiro
Juiz Laudenir Fernando Petroncini/ 1º Tesoureiro

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) - Rua dos Bambus, 116/ Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP: 88034-570 - (48) 3231 3006 - Site: www.amc.org.br - Contato: imprensa@amc.org.br

Opinião

A constitucionalização da TV

Pouca gente sabe que, no capítulo "Da Comunicação Social", a Constituição da República estabelece princípios a serem observados na produção e na programação das emissoras de rádio e televisão. A Constituição não albergou a censura prévia, mas estabeleceu princípios. E o que menos gente sabe, ainda, é que um princípio constitucional deve ser seguido à risca, é de cumprimento obrigatório. Não é algo que a gente segue se tiver vontade. Ao contrário, desobedecer um princípio constitucional é cometer uma ilegalidade em grau máximo.

Pois bem. No artigo 221 da nossa Carta Política está determinado que a produção e programação da televisão deve dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; deve promover a cultura nacional e regional, inclusive com a regionalização da produção; e deve respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família. Cada leitor é convidado agora a fazer o seu próprio julgamento. É constitucional a programação que assistimos hoje na TV?

Vejam que a Constituição não encarou a televisão apenas como entretenimento. Para o legislador constitucional, a TV tem um papel cultural e educativo a cumprir. A sociedade civil precisa despertar e exigir o cumprimento dessa função, usar os meios de defesa contra programações que contrariem o art. 221, conforme está previsto no art. 220, II, da Carta Magna. Os grandes canais de televisão encaram com pouca seriedade a sua função. Além de cometerem uma ilegalidade, estão pondo em risco a própria convivência democrática e pacífica em nossa sociedade.

"Cada leitor é convidado agora a fazer o seu próprio julgamento. É constitucional a programação que assistimos hoje na TV?"

Aí estão os alunos que já não conseguem parar para refletir. A televisão os condicionou ao estímulo rápido, fugaz, os condicionou à banalidade. A pretexto de retratar a vida como ela é, as novelas acabaram por entronizar a perfídia, o egoísmo, a ambição, a ponto de uma pesquisa recente ter revelado que o público já está torcendo pelos vilões da trama, ou seja, os bons e os justos já não são nem redimidos ao final, como costumava ser o enredo. Em tempos de PCC barbarizando São Paulo, é raro achar um filme em que não haja tiros, socos, fogo e explosão.

O que nós precisamos compreender é que não dá mais para aceitar a irresponsabilidade dos grandes canais de televisão. Transformar violência em lazer das massas hoje em dia é irresponsabilidade. Nós precisamos compreender que não temos mais reservas éticas, o nosso saldo é negativo. As escolas têm enormes dificuldades para educar, as famílias sofrem com a desagregação, os pais já não são os transmissores de uma formação ou de alguma sabedoria. E nós ainda queremos nos dar o luxo de ficar surpresos com tanta erva daninha em nossa sociedade. Ora, com a semente que nós estamos lançando na terra...

** Sander Félix Morais, comissário da Infância e da Juventude em Garopaba*

Vigência da nova Lei Antidrogas

A Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, que "Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas", publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2006, dispôs no seu artigo 74, que "Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação". Cuidando-se de prazo de "vacatio legis", destinado a divulgação das novas normas, indispensável que o tempo estabelecido seja cumprido à risca, sob pena de violação do princípio da Anterioridade da Lei Penal, previsto na Constituição Federal art. 5º, XXXIX, de seguinte teor: "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal". Exigência que não diz respeito as disposições mais benéficas, face ao preceituado no artigo constitucional citado, inciso XL, in verbis: "A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu".

Segundo Pedro Nunes, "Dia civil – período de vinte e quatro horas, que se conta pelo calendário, isto é, de zero hora a zero hora seguinte" (Dicionário de Tecnologica Jurídica, Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, vol. 1º, 11º ed., p. 356). E mais, "dia – tempo que transcorre, em determinada região da Terra, entre o instante do nascer do sol e o seu ocaso; 2 claridade com que o sol ilumina a Terra; 3 duração de uma rotação completa da Terra sobre si mesma; espaço de tempo, equivalente a 24 horas, compreendido entre duas meias-noites consecutivas" (Dicionário Houaiss, Editora Objetiva, 1ª ed., p. 1027).

Considerando que a circulação do Diário Oficial que publicou a lei em referência ocorreu no decorrer do dia 24 de agosto, este não pode ser considerado dia integral por ausência de seu pressuposto básico "zero hora a zero hora do dia seguinte". Aliás, a lei determinou que o prazo deveria fluir "após a sua publicação". Após significa "depois de", "em seguida" (segundo dicionário citado, p. 258). Tenha em conta que se a intenção do legislador fosse considerar a publicação como termo inicial da contagem, teria sido claro afirmando: Esta lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco dias) a partir de sua publicação. Não havendo na lei palavras inúteis, ou pelo menos não deveria, a preposição "após" deve ser considerada. Em decorrência, o prazo de quarenta e cinco dias teve início após a publicação. Logo, excluindo o dia da publicação (24 de agosto), contando-se o prazo a partir do dia seguinte (25 de agosto), chegar-se-á à data de 09 de outubro de 2006 (45 dias após a publicação), quando entrou em vigor a Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006.

A lei diz que o prazo deve fluir após sua publicação. Excluindo-se o dia da publicação, deve-se contar o prazo a partir do dia seguinte

"No Brasil, se alguém comete uma transgressão em outro Estado, sabe que dificilmente essa multa chegará até o infrator"

** Desembargador Maurílio Moreira Leite*

Velozes & Furiosos

Desde a quarta-feira 11 de outubro, até o domingo 15, a Polícia Rodoviária Federal encetou operações especiais nas principais rodovias do país, com reforço no policiamento, em decorrência do aumento no fluxo de veículos, com maior fiscalização, promovendo maior segurança aos usuários nas estradas.

Com a operação batizada de "Nossa Senhora Aparecida", a PRF autuou condutores que cometeram infrações de trânsito, principalmente excessos de velocidade, ultrapassagens indevidas, não-utilização do cinto de segurança e alcoolemia, dentre outras mais. As ações de orientação e até mesmo as coercitivas não foram suficientes para um "feriadão" sem acidentes. Em 2005, extraordinariamente numerosos foram os acidentes, com centenas de feridos e dezenas de mortos.

No Brasil, nos últimos 20 anos, as estatísticas apontam que na metade das ocorrências fatais há presença de etanol no sangue dos motoristas. Na maioria dos casos, os envolvidos são jovens de 21 a 30 anos, do sexo masculino. A frota nacional de veículos é sete vezes menor que a norte-americana, que, além de maior, circula mais. Só que o número de mortes no trânsito por ano é o mesmo nos dois países. Isso significa que a nossa frota é sete vezes mais letal que a norte-americana. Mesmo com medidas rígidas para diminuir esses números, as estatísticas oficiais mostram um expressivo número de mortes em acidentes de trânsito. As campanhas e o endurecimento da legislação parecem não arrefecer o ímpeto de desafio dos condutores.

Dois fatores são determinantes em qualquer ação que venha a se colocar em prática: o crescimento da frota de veículos – que não é acompanhado por investimentos em sinalização e conservação das pistas – e a falta de investimentos públicos em campanhas educativas para a conscientização dos usuários de trânsito.

A educação no trânsito tem que começar na escola. E, para aqueles que já são habilitados e não tiveram essa formação, deve-se insistir em mais campanhas, blitze's educativas, para a conscientização da necessidade de mudar a postura e entender que os paradigmas de comportamento na malha urbana se alteraram. Além das campanhas educativas, a punição tem que existir. Nos Estados Unidos, Canadá e na Europa, não se transgride o código de trânsito, pois os infratores sabem que serão rigorosamente punidos.

No Brasil, se alguém comete uma transgressão em outro Estado, sabe que dificilmente essa multa chegará até o infrator. A grande maioria tem a sensação de impunidade. A lei tem que se fazer valer. Isso depende da boa vontade de cada um e dos governantes. Uma população educada transgride menos!

** Juiz Luiz Fernando Boller, Tubarão*

Entrevista

AMB quer priorizar reforma política em 2007

A Associação dos Magistrados Brasileiros também fará um trabalho a favor da adoção de crianças internadas nos diversos abrigos do País

Embalado por duas gestões à frente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), o juiz Rodrigo Collaço assumiu em 2005 a Presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). De lá para cá, o catarinense tem priorizado dois eixos: engajamento da entidade em causas sociais e defesa dos interesses da classe. O primeiro garantiu ampla visibilidade para a AMB e o segundo, o respeito dos magistrados de todo país. Nesta entrevista, Collaço fala, entre outros assuntos, sobre o que foi realizado até agora e o que será feito daqui por diante. Confira a entrevista:

O Judiciário- **A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) ganhou, nos últimos anos, uma ampla e positiva visibilidade, o que de certa forma permitiu um aumento substancial da credibilidade da magistratura perante a sociedade. Há quem diga que o senhor trabalhou mais afinado com o público externo (sociedade), do que com o público interno (magistrados). Sobre esses aspectos, qual a sua avaliação acerca do papel da AMB?**

Presidente AMB - Acho equivocada a interpretação de que trabalhamos mais afinados com o público externo. Todas as lutas atuais da AMB são, na verdade, bandeiras históricas da entidade. A diferença é que conseguimos a efetividade dessas questões: a luta saiu do campo teórico. O voto aberto e o fim do nepotismo, por exemplo, são bandeiras levantadas há mais de 30 anos pela Associação. No entanto, muitas pessoas que aceitavam essas bandeiras enquanto discurso foram contrárias às mesmas medidas quando partimos para a prática.

Desde a Constituição Federal de 1988, a magistratura foi colocada no centro do debate político e da definição das políticas públicas do país. Hoje o Judiciário não apenas resolve questões judiciais, mas de interesse da sociedade como um todo: fornecimento de medicamentos, vaga em hospital... Nesse contexto, é natural que a AMB se posicione sobre temas que não são apenas corporativos, mas que dizem respeito ao interesse geral da sociedade.

> "Percebo a magistratura cada vez mais consciente do seu papel de garantir a cidadania a um número cada vez maior de cidadãos"

OJ - **Qual o balanço que o senhor faz em relação à campanha "Operação Eleições Limpas"?**

Pres. - Balanço extremamente positivo. Tivemos a oportunidade de percorrer todo o país, debatendo com a sociedade e demonstrando que a única solução para melhorar a representação política do Brasil é o voto consciente. Foi possível sensibilizar boa parcela da sociedade para esta necessidade e o trabalho da AMB e de outras entidades surtiu efeito, já que o número de votos brancos e nulos ficou dentro da média histórica, apesar do grande desencanto dos eleitores pela política e pelos políticos.

OJ - **Após as eleições, a AMB vai eleger qual tema para debater com a sociedade?**

Pres. - A AMB vai eleger a reforma política como tema prioritário para o ano que vem. Primeiro porque a atual eleição serviu para demonstrar o esgotamento do nosso modelo político, e depois porque, embora o cidadão seja favorável à reforma política, ele não entende o significado de mudanças, como, por exemplo, fidelidade partidária, cláusula de barreira, voto distrital ou voto em lista fechada. Nosso objetivo será traduzir ao cidadão o que significa cada uma dessas coisas para que a população pressione legitimamente o Congresso Nacional pela realização da inadiável reforma política.

OJ - **Eleições diretas para presidência dos tribunais de Justiça. Esta é uma antiga aspiração da magistratura de primeiro grau que curiosamente caiu no esquecimento. O senhor considera essa uma proposta viável, do ponto de vista político? A AMB vai retomar esse debate?**

Pres. - Esse tema não caiu no esquecimento, mas é um assunto que depende de deliberação do Congresso Nacional. Infelizmente, no Brasil, o parlamento está paralisado há praticamente dois anos. Sem dúvida, com a retomada dos trabalhos legislativos, a AMB voltará a tratar do assunto com toda a força. Em termos de viabilidade política, temos o desafio de mostrar ao Congresso as inegáveis vantagens dessa medida, que serviria para oxigenar a administração dos tribunais de Justiça.

OJ - **Por muito tempo, o Poder Judiciário carregou a pecha de ser uma instituição de difícil acesso, sobretudo para a imprensa. Por que muitos magistrados continuam com receio de atender profissionais da mídia? Na sua opinião, essa realidade está mudando?**

Pres. - Na minha visão, essa realidade está mudando. Se lançarmos um olhar histórico sobre isso, teremos de admitir que o Judiciário é cada vez mais aberto e transparente, e a falta de relacionamento com a imprensa está restrita a casos individuais. O relacionamento com a imprensa é importante, e graças a ele foi possível demonstrar à sociedade as verdadeiras causas da morosidade do Judiciário, que nunca estiveram relacionadas à falta de trabalho de juízes, mas, sim, à ineficácia da legislação processual.

Foto: Débora Amorim

Collaço quer retomar debate sobre eleições diretas para tribunais de Justiça

> "O relacionamento com a imprensa é importante. Graças a ele foi possível mostrar à sociedade as causas da morosidade do Judiciário"

OJ - **Ainda sobre a relação Judiciário e imprensa, também se observa um certo desconhecimento em relação ao papel de cada um, ou seja, quais as atribuições e como trabalham juízes e jornalistas. O que a AMB tem feito para melhorar essa relação?**

Pres. - Temos trabalhado intensamente no sentido de reduzir esse desconhecimento mútuo. Exemplo disso é o Prêmio AMB de Jornalismo, que premia as melhores matérias sobre o Judiciário. Também deflagramos a campanha pela simplificação da linguagem jurídica, que percorreu todo o Brasil, e teve como ponto culminante a edição do livreto "O Judiciário ao alcance de todos - Noções básicas de juridiquês", encaminhado a todas as redações. A primeira tiragem foi de 25 mil exemplares e em novembro distribuiremos outros 10 mil. Temos ainda o Curso de Organização Judiciária, já ministrado para jornalistas do jornal O Globo e para o Sistema Globo de Rádio. Já estamos negociando com outras redações para o próximo ano.

OJ - **Em novembro, a AMB promoverá o seu Congresso Brasileiro de Magistrados. Qual o tema principal e qual a expectativa de vocês com relação a esse evento?**

Pres. - Esse evento por si só derruba o mito de que o Judiciário é um poder fechado. Toda a discussão do evento será travada em torno de uma pesquisa na qual os juízes opinaram sobre os temas relevantes da agenda do país. Não há nenhum outro poder que tenha aceitado se expor com tanta clareza! A pesquisa e o congresso serão o marco inicial da introdução definitiva da magistratura na discussão e na proposta de solução para os grandes problemas nacionais. O evento já tem o sucesso garantido porque, a um mês de seu início, já contamos com aproximadamente 1.400 inscritos.

OJ - **Depois de percorrer o país inteiro, qual a sua avaliação sobre o Poder Judiciário e a magistratura brasileira?**

Pres. - A avaliação é de um Poder Judiciário em transformação, Poder Judiciário que vem se adaptando a sua nova função de interferência nos conflitos sociais coletivos, e eu percebo a magistratura brasileira cada vez mais consciente de seu papel fundamental de garantia da conquista da cidadania plena por um número cada vez maior de cidadãos necessitados de Justiça.

OJ - **Quais os seus planos à frente da AMB?**

Pres. - Para o último ano de gestão, nós já decidimos lançar duas campanhas: a popularização da reforma política, que eu já mencionei e que será feita mediante a elaboração de um material que permita a todo cidadão compreender o significado e as conseqüências das mudanças propostas, e ainda faremos um trabalho a favor da adoção de crianças internadas nos diversos abrigos do país. Durante o Congresso da Magistratura, em Curitiba, será lançado um documentário produzido pela jornalista Ângela Bastos com o apoio da AMB, mostrando a dura realidade dessas crianças esquecidas. A partir daí, nós queremos percorrer o Brasil sensibilizando as pessoas para essa questão tão delicada. Além disso, a AMB continuará sua luta pelo fortalecimento da magistratura, apoiando as inúmeras boas iniciativas que são desenvolvidas pelos juízes em todo o país e criticando e agindo contra procedimentos que não sejam compatíveis com as exigências republicanas. Temos certeza de que a boa imagem da AMB reverte em favor dos juízes que merecidamente devem ser respeitados e admirados pelo relevante papel que prestam à sociedade.

Cidadania

Projeto Ecando expande atividades no Oeste

Além de divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, campanha colabora com entidades ligadas à área da Infância e Juventude

O Projeto Ecando - que visa a divulgar informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)-, desenvolvido pela comarca de Itapiranga, avançou mais uma etapa no mês de outubro, em comemoração aos dias da Criança e do Professor. Foram distribuídas mais de 30 mil cartilhas sobre o projeto com a colaboração dos seguintes veículos de notícias: Jornal Imagem (São Miguel do Oeste), Jornal Expresso (Herval do Oeste), Jornal Força do Oeste (Itapiranga), Jornal Informe - O Diário do Contestado (Caçador), Jornal Voz do Vale (Presidente Getúlio), Jornal Expresso Diário (Imbituba), Jornal Diário do Planalto (Canoinhas), Jornal Tribuna Popular (Caçador), Jornal Expresso do Oeste (Palmitos), Jornal A Coluna (Videira) e Jornal Página 3 (Balneário Camboriú). O referido material também foi distribuído durante a Oktoberfest de Itapiranga, visando a atingir o público local e visitante.

Mais de 30 mil cartilhas sobre os direitos da criança e do adolescente foram distribuídas

No dia 13 de outubro, foram entregues vários livros (num total de R$ 1,5 mil) para as bibliotecas públicas dos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis. Dentre os títulos estão obras relacionadas à literatura infanto-juvenil, educação, família, drogas e sexualidade. No mesmo horário, junto ao átrio do Fórum, houve a entrega de cestas de material de apoio às APAE's dos referidos municípios, com o objetivo de colaborar com o dia-a-dia de tais entidades, que lutam diariamente pela inclusão social de crianças e jovens portadores de necessidades especiais. A doaçãoconta com livros, jogos educativos e materiais didáticos.

Ainda no mês de outubro houve a consolidação da Rede Apeca (Rede Amiga do Projeto Ecando), composta por empresas que durante seis meses contribuirão com o projeto através da doação mensal de R$30. São elas: Parati S/A, Iporã Auto Peças, Escritório Contábil Oeste, SMO Internet Provider, Câmara de Vereadores de Itapiranga, Cervejaria Miramar, Prefeitura Municipal de Itapiranga, Hotel União, Abastecedora Líder, Francar Veículos, Sicoob, Sesi Farmácias, Lojas Harmonia, Bragomar Veículos, Gráfica Porto Novo, Flávio Mueller Dentista, OAB/SC, Mabella Carnes, Conselho da Comunidade da Comarca de Itapiranga e Kyly.

Conforme assevera o juiz Rodrigo Pereira Antunes, da comarca de Itapiranga e idealizador do projeto, a Rede Apeca é a maneira encontrada para subsidiar o "Ecando" e envolver o empresariado na luta pela divulgação dos direitos e deveres da criança e do adolescente. A "Rede Apeca I" teve início no mês de outubro, com término previsto para fevereiro de 2007, quando haverá formação de novas alianças. As empresas e profissionais liberais interessados na formação da 2ª edição da Rede Apeca poderão contatar através do telefone (49) 3677-0210 (Andréia) ou pelo e-mail ac13693@tj.gov.br.

Foto: divulgação

Atividades desenvolvidas pelos coordenadores do projeto Ecando envolveram centenas de crianças da região Oeste de Santa Catarina

Dando continuidade às ações referentes ao projeto Ecando – Ano II e com o objetivo de atender à demanda de capacitação de conselheiros tutelares, ocorrerá ainda este mês a distribuição de questionários aos conselhos tutelares do Estado, com o objetivo de levantar idéias para a formação de um projeto piloto de capacitação. Os dados coletados até o dia 13 de novembro serão tabulados pela equipe do projeto, sendo que a capacitação piloto ocorrerá nos dias 04 e 05 de dezembro de 2006 nas dependências da FAI (Faculdades de Itapiranga). Os primeiros conselhos convidados serão os representantes dos municípios da região da Ameosc (Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis).

Vinte empresas formam a Rede Amiga do Projeto Ecando

O juiz Rodrigo Pereira Antunes informa que o projeto será exposto por ocasião da reunião dos prefeitos das Ameosc nesta primeira semana de novembro, na qual serão esclarecidas as dúvidas e distribuídos os 40 convites para o evento. Estão confirmados para o evento Andréia Coradi (assessora judiciária, especialista em direitos da criança e do adolescente), Marlise Anschau (psicóloga), João Eduardo Schacker (psiquiatra e especialista em drogadização), Sérgio Ribeiro (terapeuta familiar e especialista em drogadização) e Tânia Nunes de Oliveira (assistente social forense), além do magistrado.

Dentre os temas a serem abordados no evento estão: ECA, família, drogas, violência sexual, atribuições dos conselhos tutelares, FIA, CMDCA, educação e saúde mental dos conselheiros. Serão ainda realizadas oficinas com análise e estudo de seis casos práticos relacionados ao dia-a-dia dos conselheiros, envolvendo as questões abordadas durante a capacitação.

Após a apresentação do piloto e solidificação de idéias, o projeto "Ecando com conselheiros tutelares" será apresentado às demais regiões do Estado.

ADVOCACIA PLENA
PRIMEIRO GRAU E TRIBUNAIS - ASSESSORIA DE NEGÓCIOS
OAB/SC 0982-2004
Nilton João de Macedo Machado
Guilherme Scharf Neto
Mauro Pinto Marques
Vladmir Santos
Mário Pille
Av. Hercílio Luz, 599, 10º andar, Centro - Florianópolis/SC Tel/fax: (48) 3222 1214/ 3222 0717 - adv@adplenum.adv.br

PROiuris INSTITUTO DE ESTUDOS E PREPARAÇÃO JURÍDICA
Sob orientação do prof. Nilton João de Macedo Machado, são transmitidos cursos de pós-graduação e preparatórios para carreiras jurídicas, ao vivo, via satélite, com os melhores professores do Brasil.
Unidade Centro: av. Hercílio Luz, 599, Fpolis/SC
Tel: (48) 3222 0283
Unidade Beiramar: av. Osvaldo Rodrigues Cabral, 1570, sala 117, Fpolis/SC Tel: (48) 3028 4283
Pós-graduações/ especialização:
Direito Constitucional;
Processo Civil;
Grandes transformações do processo.
- Extensivo com pós;
- Intensivo regular com pós;
- Modular avançado;
- Modular federal;
- Modular Polícia Federal;
- Intensivo regular de sábado;
- Carreiras fiscais;
- Preparatório para a OAB.

Cidadania

Semana da Paz é bem recebida pela população

Com programação voltada para os jovens e apoio de entidades públicas e privadas, proposta da AMC estimula uma cultura mais pacífica

Ao menos sete municípios catarinenses abraçaram a causa do projeto "Agente da Paz" entre os dias cinco e 12 de outubro. O período corresponde à Semana da Cultura da Paz, proposta da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) sancionada pelo Governo do Estado no dia seis de setembro, que prevê a realização de diversas atividades relacionadas à paz todos anos, nos dias citados. O "Agente da Paz", que originou a proposição, busca a formação de uma cultura de não-violência através de campanhas voltadas principalmente para as crianças e os adolescentes.

A primeira edição da Semana foi bem recebida em todas as cidades onde foi realizada.

Pinhalzinho

Em Pinhalzinho, no Oeste do Estado, crianças e adolescentes tiveram programação intensa, com o plantio da "árvore da paz" na praça central do município, a campanha de desarmamento infantil - que estimula a troca de armas de brinquedo por brinquedos de verdade -, concursos de desenhos e frases com a temática "paz" e com a visita do juiz da comarca local, Giuliano Ziembowicz, às escolas da cidade, para apresentar o projeto. "Só o plantio da 'árvore da paz' já reuniu autoridades e cerca de cem estudantes, em um clima bem positivo. Acredito que a Semana da Paz continuará sendo bem recebida nos próximos anos", avalia o magistrado. Ele conta que está discutindo com professores de escolas locais a instalação de grupos de mediação e conciliação dentro das instituições de ensino. Os grupos incentivariam uma cultura pacífica para a resolução de conflitos.

Em Pinhalzinho, a programação contou com uma campanha de "desarmamento infantil"

Abelardo Luz

Em Abelardo Luz, no Extremo Oeste, uma passeata acompanhada por mais de mil pessoas inaugurou a Semana da Paz, no dia cinco de outubro. A manifestação terminou com uma solenidade que contou com o hasteamento da bandeira da paz, apresentações artísticas e com o plantio da "árvore da paz", uma muda de pau-brasil com dizeres alusivos à Semana. A programação incluiu estudantes do Ensino Médio, que participaram de um júri simulado sobre drogas, coordenado pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) da Polícia Militar. As crianças puderam trocar armas de brinquedo por outros brinquedos na segunda edição local da campanha pelo desarmamento infantil. Também foram realizados um passeio ciclístico e ciclos de palestras e exibição de vídeos nas instituições de ensino, visando a debater o tema "paz".

Nos municípios de Ouro Verde e Ipuaçu - integrantes da comarca de Abelardo Luz - o juiz Fernando de Castro Faria promoveu encontros com os moradores da Reserva Indígena Chapecó e com alunos de escolas da região. Nos colégios, os jovens apresentaram peças de teatro e shows de dança com a temática da Semana. Entidades governamentais e particulares dos dois municípios apoiaram a iniciativa.

Foto: divulgação

Em Quilombo, no Oeste do Estado, as escolas receberam visitas do juiz Rudson Marcos, do promotor de Justiça Henrique Ziesemer

Imaruí

Outra passeata pela paz foi realizada em Imaruí, município do Sul do Estado. Mais de 500 pessoas participaram da manifestação, que terminou com apresentações culturais de grupos da região. A Banda Municipal Unidos de Imaruí tocou a música-tema do projeto "Agente da Paz", os alunos da APAE apresentaram um número de dança e estudantes da rede municipal de ensino montaram uma peça de teatro. Isso sem contar com a participação dos alunos do Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (NAES), do Coral Celestial e do Coral Raízes de Imaruí. O comércio local aderiu ao projeto enfeitando as fachadas de seus estabelecimentos com balões, faixas, lençóis e toalhas.

Quilombo

Os moradores de Quilombo, no Oeste catarinense, encamparam a proposta da AMC. O projeto já foi apresentado aos professores da rede municipal de ensino, aos secretários e funcionários públicos municipais, em evento que contou com a participação de autoridades regionais. Grande parte das escolas do município recebeu a visita do juiz Rudson Marcos, da comarca local, do promotor de Justiça Henrique da Rosa Ziesemer e de assistentes sociais forenses, que apresentaram o "Agente da Paz" a mais de 2500 estudantes. "Do pré-escolar ao Ensino Médio, as idéias foram muito bem recebidas. Várias crianças falaram sobre problemas que tinham em casa, como alcoolismo e uso de drogas, e conversamos sobre como proceder nessas ocasiões", conta o magistrado. As propostas também foram levadas ao público durante a abertura da Noite Cultural do município, com a exibição do videoclipe da Canção da Paz.

Além da apresentação do projeto, foram realizados um concurso de redação, uma trilha ecológica e um passeio ciclístico – os dois últimos eventos, também em comemoração ao Dia da Criança. A importância dessas atividades, na opinião do juiz Rudson Marcos, reside no trabalho que o Judiciário realiza, voltado à prevenção, à educação para a paz. "Isso reflete na diminuição da criminalidade, da desestruturação familiar e dos problemas com álcool e drogas; estes intimamente ligados à desagregação da família", explica o juiz.

No município de Abelardo Luz, a Polícia Militar realizou um júri simulado sobre drogas com estudantes

São Francisco do Sul

O Norte de Santa Catarina também teve programação para a Semana da Paz. Em São Francisco do Sul, uma solenidade com apresentações culturais abriu as atividades, reunindo mais de 500 pessoas sob o lema "Lute contra a violência cultivando a paz". No dia 10, crianças e adolescentes da região participaram dos "Jogos de Integração e Agente da Paz", realizados na sede da empresa Bünge, que apoiou o evento. Na manhã do dia 11, os passantes puderam presenciar, em qualquer bairro do município, as inúmeras caminhadas pela paz, que foram realizadas simultaneamente.

Uma festa do Dia das Crianças foi promovida pelo projeto "Entra na roda" - do Clube e Associação Francisquense de Capoeira – e pelo programa "Reviver", da Secretaria Municipal de Educação, Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania. Outro projeto voltado para os jovens que foi lançado nesse período é o "Projeto Nadar", patrocinado por várias empresas locais. Destina-se a crianças e adolescentes economicamente carentes, incentivando a prática da natação. Oitenta jovens entre oito e 16 anos foram contemplados inicialmente.

O "Agente da Paz", que - segundo a juíza Hildemar Meneguzzi de Carvalho - foi muito bem recebido pela comunidade, contou com o apoio de diversas empresas da cidade, além da colaboração dos meios de comunicação e da secretária municipal de Educação, Luci Carmem Camargo. "É um projeto que está estimulando as crianças e os adolescentes a refletirem sobre a paz e, ao mesmo tempo, chega a suas famílias, já que eles estão repassando o aprendizado em casa", analisa a magistrada.

Onze municípios catarinenses já aderiram ao projeto "Agente da Paz", lançado pela Associação dos Magistrados Catarinenses e coordenado pela juíza Sônia Maria Mazetto Moroso, da comarca de Balneário Camboriú. Mais informações sobre o projeto podem ser obtidas pelo telefone (48) 3231-3011, com Andréa.

Foto: divulgação

Mais de 500 pessoas participaram de passeata em Imaruí, que teve apresentações culturais de grupos da região, como o da APAE

Cidadania

TJ e Corregedoria lançam "Jurado Voluntário"

Mais de 800 pessoas já se inscreveram para participar do projeto, que tem como objetivo recrutar voluntários interessados em ser jurados

Em uma iniciativa conjunta, o Tribunal de Justiça e a Corregedoria Geral da Justiça lançaram o projeto "Jurado Voluntário". O objetivo da campanha é facilitar a composição da lista anual de jurados, com o recrutamento de voluntários que demonstrem interesse e real preocupação com a distribuição da justiça. Por imposição legal, todas as comarcas são obrigadas a formar listas – que podem variar de 80 a 500 nomes, conforme as respectivas populações – de um ano para o outro. Até agora, mais de 800 pessoas já se inscreveram no programa.

Normalmente as escolhas ocorrem de forma aleatória junto a órgãos públicos, clubes sociais e instituições privadas. A dificuldade é que desta forma, muitos - contrariados - alegam problemas particulares dos mais variados para se esquivar da obrigação, com conseqüente atraso no julgamento dos crimes contra a vida. A campanha facilitará o trabalho dos magistrados na procura por pessoas com o perfil de jurado. "O que se busca é justamente qualificar o corpo de jurados", explica o juiz corregedor Dinart Francisco Machado.

Normalmente as escolhas ocorrem de forma aleatória junto a órgãos públicos, clubes e instituições privadas

O Tribunal do Júri julga os acusados de prática de crimes dolosos contra a vida e é composto por um juiz (presidente) e 21 jurados, sorteados dentre os alistados para a (s) sessão (ões) do mês em que foi escolhido. Antes de cada sessão, dentre os 21, serão sorteados sete que constituirão o Conselho de Sentença da sessão de julgamento. Interessados em se alistar voluntariamente para a função podem acessar o site do TJ (www.tj.sc.gov.br) ou da Corregedoria (www.tj.sc.gov.br/corregedoria) e providenciar a sua inscrição. No primeiro semestre de 2007, TJ e Corregedoria vão realizar um mutirão de julgamento pelo Tribunal do Júri, com a participação de magistrados de todo Estado. Até o momento, mais de 50 juízes já fizeram as suas inscrições.

Foto: divulgação

O juiz corregedor afirma que a campanha ajuda a qualificar o tribunal de júri

Quem pode ser jurado e quais os benefícios da função

Saiba mais detalhes sobre a campanha "Jurado Voluntário":

Requisitos:

Ser brasileiro nato ou naturalizado maior de 21 anos; não ter sido processado criminalmente; ter boa conduta moral e social; estar em pleno gozo dos direitos políticos (ser eleitor); prestar o serviço gratuitamente (voluntário).

Não pode ser jurado:

O analfabeto; o surdo-mudo; o cego; o inimputável (doente mental); aquele que não estiver no gozo dos direitos políticos; aquele que residir em comarca diversa daquela em que vai ser realizado o julgamento.

Direitos/ prerrogativas do jurado:

Prestação de serviço público relevante; benefícios acadêmicos (segundo critérios adotados pela instituição de ensino); presunção de idoneidade; preferência, em igualdade de condições, nas concorrências públicas; não ter descontado seu salário ou vencimento no dia em que comparecer aos julgamentos; direito a cela especial em caso de prisão.

Palestra aborda voto consciente

A juíza eleitoral Lílian Telles de Sá Vieira, da comarca de Imaruí, ministrou palestra sobre as eleições para estudantes do colégio Pedro Bittencourt, no Clube Recreativo Cruzeiro do Sul de Imaruí, no dia 28 de setembro. Realizada três dias antes do primeiro turno da eleição de 1º de outubro, o evento divulgou a campanha "Operação Eleições Limpas", da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Acompanhada por cerca de 150 pessoas, a palestra procurou conscientizar seu público alvo – estudantes entre 15 e 18 anos – da importância do voto consciente e da denúncia de corrupção eleitoral junto aos órgãos competentes.

Os participantes foram informados sobre as funções dos eleitos para cada cargo dos poderes Legislativo e Executivo, sobre o valor do voto e sobre as regras de campanha e de propaganda eleitoral.

A juíza Lílian distribuiu cartilhas elaboradas pela AMB e falou sobre o "Movimento de combate à corrupção eleitoral – Lei 9.840". Este movimento pressionou o governo para a aprovação da referida lei, sancionada em 1999, que aumentou os rigores legais para candidatos não-cumpridores das regras eleitorais. Atualmente, o movimento atua na fiscalização e no combate à corrupção nas eleições. O evento foi promovido pelo Rotary Clube de Imaruí.

Foto: divulgação

O evento apresentou a "Operação Eleições Limpas", promovida pela AMB

Escoteiros são agentes da paz

A União dos Escoteiros do Brasil – Regional de Santa Catarina - (UEB-SC), parceira do projeto "Agente da Paz", quer expandir sua atuação no Estado. Hoje, são 54 os municípios catarinenses que contam com grupos escoteiros. Alinhados com o projeto da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), os participantes desses grupos são responsáveis por promover atividades em suas comunidades e escolas com o objetivo de divulgar a cultura da paz.

"O trabalho da União dos Escoteiros é um programa permanente de prevenção à violência"

Segundo a coordenadora do "Agente da Paz", juíza Sônia Maria Mazetto Moroso, o trabalho da UEB é importante no desenvolvimento dos jovens que participam dos grupos. "É um dos raros programas permanentes de prevenção à violência, com ensinamentos práticos e teóricos de cidadania, respeito e dignidade. O trabalho está em acordo perfeito com as propostas do projeto 'Agente da Paz'", avalia a magistrada.

A coordenadora do projeto solicita aos colegas de magistratura colaboração na abertura dos novos grupos, através de parcerias e da identificação dos possíveis nichos de atuação, como escolas e associações de bairro. É possível que os juízes sejam procurados por representantes da UEB, mas aqueles que quiserem colaborar também podem entrar em contato com o responsável pela seccional catarinense, João Batista Fiorini Thomé, através do e-mail escritorio.uebsc@terra.com.br.

A UEB, que acompanha o "Agente da Paz" desde o princípio, adotou oficialmente o projeto no dia 23 de setembro, em cerimônia realizada em São Bento do Sul. A proposta é uma iniciativa da AMC que busca a formação de uma cultura de paz através de atividades voltadas, principalmente, para crianças e adolescentes. Onze municípios do Estado já aderiram ao projeto.

Ciclo discute lei Maria da Penha

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), através do Centro de Estudos Jurídicos (Cejur) e Academia Judicial , em parceria com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc), promove os Ciclos de Estudos e Debates sobre a Lei Maria da Penha.

A primeira etapa foi realizada no dia 27 de outubro, no auditório do Tribunal do Júri no Fórum da comarca de Chapecó. O segundo Ciclo está previsto para o dia 10 de novembro, no auditório da Unidavi, em Rio do Sul. E, por último, a Lei Maria da Penha estará em debate no auditório da AMC, em Florianópolis, no dia 24 de novembro.

As palestras têm início sempre a partir das 14h. As inscrições de magistrados para as edições de Rio do Sul e Florianópolis deverão ser realizadas via e-mail - eventos@amc.org.br - informando: nome, cargo, matrícula, comarca de atuação, bem como a necessidade de hospedagem (datas de entrada e saída e tipo de apto).

Especial

Nova Lei Antidrogas livra usuário da privação d

Lei nº11.343 divide consumidores e traficantes de entorpecentes em capítulos distintos, com penas e procedimentos jurídicos diferentes

Na madrugada do dia dois de abril de 2005, um homem de aproximadamente 25 anos está encostado em um muro próximo ao bar do "Seu Ênio", na rua Osvaldo Liberato e Carvalho, no bairro do Estreito, em Florianópolis. A região é conhecida como um movimentado ponto de venda de drogas. O jovem escorado no muro tem no seu bolso um tubo plástico preto, geralmente usado para embalar filmes fotográficos. Dentro da embalagem há seis pedras de crack – eram 20 no inicio da noite, mas 14 já haviam sido vendidas. À 1h, C.A.R. (iniciais do traficante) é abordado por policiais militares. O jovem tenta jogar fora o vasilhame com os entorpecentes, mas é flagrado, detido, julgado e condenado a três anos de prisão.

C.A.R. cumpre um ano da sentença, e então tem sua pena diminuída e ganha o direito de sair de trás das grades. Ele é o primeiro réu beneficiado pela Lei nº 11.343 – conhecida como a nova Lei de Drogas – em Santa Catarina. Por ser réu primário, ser a primeira vez que traficava quando foi preso e pelas circunstâncias do ato, como a pequena quantidade de tóxicos – as seis pedras totalizavam 0,4g –, o jovem foi beneficiado pelo Art.33, §4º da nova Lei de Drogas, para a qual "nos delitos definidos no caput e no § 1o (tráfico de drogas) deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, (...), desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa".

Primeiro julgamento em SC com uso de dispositivo da nova lei ocorreu em 10 de outubro no TJ

A nova legislação faz uma divisão entre usuários-dependentes e traficantes, colocando os dois tipos de transgressores em capítulos diferentes do texto legislativo, algo que não existia na lei anterior que tratava do tema, a 6.638, de 1976. Os dispositivos legais relativos aos traficantes e aos usuários foram separados para cada caso, seja em matéria de punição, seja em matéria de procedimentos judiciais. As penas para os usuários foram amenizadas e aumentou o rigor para o comércio de entorpecentes. Quem for pego usando ou guardando drogas para consumo próprio não poderá mais ser preso. Já para quem vende ou pratica atividade semelhante, as penas foram aumentadas, passando de 3 a 15 anos, para 5 a 15 anos.

Imagens: arquivo Diário Catarinense

Com o usuário não estando mais sujeito a prisão, foco na saúde e prevenção é elogiado, mas há temor de que o consumo aumente

Para parte dos operadores do Direito, a nova lei privilegia a prevenção em detrimento da repressão. "Houve um abandono da política americana, da ´Justiça americana´, que focava a repressão ao usuário, e adotou-se uma postura próxima da escola européia, que vê o dependente como uma pessoa doente, que precisa de cuidado do Estado", explica o advogado e juiz aposentado Nilton Machado.

A partir de agora, os usuários têm assegurado o direito a tratamento, bancado pelo Estado. "O problema dos usuários-dependentes passa a ser um problema ligado mais ao Ministério da Saúde do que ao Ministério da Justiça. Trata-se de uma questão de saúde mental", argumenta o presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN) de Santa Catarina, Jairo Brincas. E em lugar da antiga pena de reclusão de seis meses a dois anos, os consumidores estarão sujeitos a penas de advertência – muito contestada no meio jurídico -, prestação de serviços à comunidade e medidas socioeducativas.

Estrut tratamen com 54 C Atenção, t 1.220

O foco na prevenção foi o que levou o jovem C.A.R. a conseguir a redução de sua condenação. Por estar traficando, ele não foi absolvido, mas teve sua pena reduzida pelas circunstâncias atenuantes, não sendo tipificado como um traficante integrante de quadrilha ou financiador de comércio ilegal. Porém, para os traficantes inseridos no mundo do crime, além do aumento da pena mínima para cinco anos, há uma série de agravantes, como o financiamento e o comércio de tóxicos perto de escolas. Em alguns casos, pode-se chegar a sentenças condenatórias de 33 anos.

Divergências

A Lei 11.343 foi redigida com a intenção de mo-

Confira o que muda com a nova lei:

Lei	Nº 11.343 - atual	Nº 6.378 e 10.409 - válida até outubro/06
Órgão nacional	Criação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas	Não existia órgão similar no nível federal
Detenção	Usuários não podem ser presos	Usuários podiam ser presos em flagrante
Penas aplicáveis para usuários	Advertência, medidas socioeducativas e prestação de serviços comunitários	Possibilidade de penas de seis meses a dois anos de prisão
Penas aplicáveis para traficantes	De 5 a 15 anos de prisão	De 3 a 15 anos de prisão
Nomenclatura	Uso do termo "drogas"	Uso dos termos "tóxicos" ou "entorpecentes"
Competência	Usuários são encaminhados a juizados especiais criminais	Usuários eram encaminhados a varas criminais
Foco	Saúde e prevenção	Repressão
Base ideológica	Escola européia	Escola americana
Incentivos	Benefícios fiscais para empresas e instituições parceiras que trabalhem na prevenção e recuperação	Não existia dispositivo semelhante

Detalhes da Lei nº11.343:

- Conhecida como "Nova Lei Ar
- Sancionada em 23 de agosto
- Em vigor desde oito de outubr
- Autoria do deputado Paulo Pir
- Composta por 75 artigos, divid
- Dez artigos vetados pelo Pres
- Substitui (revoga) as leis nº 6.

Especial

le liberdade e aumenta rigor para os traficantes

para cada caso. Agora, os dependentes não podem ser presos em flagrante e têm direito assegurado a tratamento bancado pelo Estado

dernizar a questão jurídica sobre as drogas no Brasil. Aplaudida por alguns, atacada por outros, o novo texto possui pontos geradores de controvérsias.

A posse de entorpecentes para uso próprio continua sendo um ato ilícito, e sobre isto não há dúvidas. Entretanto, não há consenso entre os operadores do Direito sobre sua criminalização ou não. Para o advogado criminalista Cláudio Gastão da Rosa Filho, há divergências sobre a conceituação até mesmo na lei e na doutrina. O Artigo 1º da Lei de Introdução do Código Penal diz que é crime o ilícito no qual o agente infrator recebe a pena de prisão. Segundo este preceito, a posse de drogas para consumo próprio não é caracterizada legalmente como um crime.

ura de
nto conta
Centros de
totalizando
leitos

"Todavia, a teoria do crime, construída pela doutrina penal ao longo de séculos, não vincula a caracterização de crime apenas para aquelas condutas a que se aplica pena de prisão, de modo que coloca em discussão, na verdade, a própria Lei de Introdução", analisa o advogado. O juiz aposentado Nilton Machado tem opinião semelhante, não definindo explicitamente se o uso de drogas continua sendo um crime. "Com a nova Lei de Drogas, tecnicamente não é crime, mas também não é contravenção, por en-

:
ntidrogas" ou "Nova Lei de Drogas";
de 2006;
ro de 2006;
menta (PT-RS);
didos em seis títulos;
sidente da República;
378, de1976, e nº10.409, de 2002.

trar num capítulo que trata de crimes", aponta. Na visão do magistrado, a posse de entorpecentes para consumo é "um ilícito civil, com aparências penais", conceitua.

A definição das penas também virou motivo de discussão no meio jurídico. As sanções para quem comercializa drogas é ponto concordante entre os operadores do Direito. O aumento do rigor pode deixar um traficante mais tempo preso do que um homicida – a condenação para assassinos vai de 6 a 20 anos, excetuando-se agravantes. Mas são as penas aos consumidores que têm gerado polêmica. As principais reclamações são contra a advertência. "O usuário não tem responsabilidade para levar a sério uma advertência", argumenta Jairo Brincas, presidente do CONEN. "Os malefícios das drogas estão na mídia, o usuário já sabe disto, não vai ser a advertência que vai alterar alguma coisa", completa.

Foto: arquivo Diário Catarinense/Hermínio Nunes

Maioria dos juízes já condenava usuários a penas alternativas; o desafogamento do sistema carcerário em decorrência da nova lei deverá ser mínimo

Na parte processual, a grande questão é o Art. 28, §2º, que define como responsabilidade do juiz a classificação do réu como usuário ou traficante. Os critérios para a definição são a natureza e a quantidade da substância apreendida, o local e as condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias e o histórico do infrator. Não existe um critério objetivo-quantitativo para fazer a classificação.

Nova lei cria o Sisnad, órgão que deverá orientar e coordenar os trabalhos educativos e preventivos no Brasil

Para alguns, a definição sempre foi feita desta maneira. Os juízes interpretavam uma apreensão e definiam o agente transgressor como usuário ou traficante. Desta maneira, não haveria problemas com a mudança da lei. Mas há quem diga que a falta de um padrão de julgamento poderia criar transtornos no meio jurídico. Conforme este raciocínio, surgiriam situações conflituosas, como uma pessoa com cinco papelotes de cocaína ser julgada como traficante em uma comarca, e outra pessoa com a mesma quantidade de droga ser fichada como usuária em uma comarca vizinha.

Sisnad

Outra importante inovação da Lei nº11.343 é a implantação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). O órgão vai atuar em duas vertentes. Por um lado, o Sisnad será responsável pela prevenção ao uso indevido de drogas, assim como pelo trabalho de reinserção e atenção aos já dependentes. Na outra ponta, o Sistema vai trabalhar na repressão à produção e ao tráfico de entorpecentes.

O Sisnad funcionará como uma central orientadora. A estrutura de funcionamento será descentralizada, com a execução dos projetos ficando a cargo, principalmente, dos órgãos integrantes do Sistema, como o conselhos estaduais de entorpecentes (CONENs). "O grande benefício do Sisnad é que agora há uma padronização em todo o Brasil. Até mesmo a comunidade terapêutica mais distante faz parte do Sisnad, e com isto elas terão de ter uma padronização e adequação às normas básicas", explica o presidente do CONEN-SC, Jairo Brincas.

Outra inovação refere-se à questão da saúde. A partir de agora, todos os usuários-dependentes têm assegurado pelo Estado o direito de receber tratamento específico. A dúvida que surge é se a estrutura de saúde pública vai dar conta de atender a demanda. Santa Catarina conta atualmente com 54 Centros de Atenção Psicosocial (CAPS), locais focados no tratamento de transtornos psicológicos e sociais que, teoricamente, seriam os responsáveis em tratar os usuários de drogas. Seis deles são especializados em cuidar de pacientes com problemas relacionados ao álcool ou a droga – os chamados CAPS-AD.

A secretária de Saúde do Estado, Carmem Zanotto, ainda não sabe se o atual número de CAPS será suficiente para garantir o tratamento aos usuários. "Conforme a lei for implementada, teremos mais noção. Por enquanto, não temos como precisar isso", avalia. Uma equipe ligada à Secretaria da Saúde está discutindo se não há distorções na distribuição dos CAPS pelo Estado e se existe a necessidade de ampliar o número de Centros. "Os CAPS estão demonstrando ótimo resultados, mas, obviamente, quanto maior for o número de Centros, melhor", avalia a secretária.

Algumas alternativas estão postas na mesa. A Secretaria de Saúde já trabalha com instituições filantrópicas. Para o juiz aposentado Nilton Machado, a solução é aperfeiçoar este caminho,

Foto: Paulo Goetll

Secretária ainda não sabe se será necessário aumentar estrutura

"através de ONGs que podem dar uma grande contribuição neste sentido, necessitando para isto que os juízes tenham conhecimento da existência de boas organizações deste tipo", analisa. Outra idéia bastante difundida entre estudiosos e profissionais ligados ao tema é a criação de redes sociais, que seriam formadas pelas três esferas de governo, instituições privadas e organizações não-overnamentais.

Administrativas

TJ homenageia colaboradores do Judiciário

A Comenda do Mérito Judiciário foi outorgada a dezessete pessoas que contribuíram para o engrandecimento do Poder Judiciário de SC

Dezessete personalidades que contribuíram para o crescimento do Poder Judiciário de Santa Catarina foram agraciadas com a Comenda do Mérito Judiciário, em cerimônia realizada no auditório do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/SC), na noite de 19 de outubro. O evento - conduzido pelo presidente do TJ, desembargador Pedro Manoel Abreu - foi acompanhado por cerca de 500 pessoas e integra a programação de comemoração dos 115 anos de instalação do Tribunal.

A ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e o advogado Roberto Antônio Busato, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), não puderam comparecer à solenidade por conta de problemas em suas agendas - ambos deverão receber suas condecorações em cerimônia a ser marcada. Os demais homenageados, pessoalmente ou representados, receberam suas comendas das mãos de desembargadores que integram o Pleno do TJ. A cerimônia foi acompanhada ainda pela participação da Orquestra Sinfônica e pela Associação Coral de Florianópolis, que executaram obras clássicas e populares.

O evento foi acompanhado pela Orquestra Sinfônica e pela Associação Coral de Florianópolis

O desembargador Alcides Aguiar, representando a instituição, fez um discurso em homenagem aos agraciados com a Comenda. "O Tribunal de Justiça presta essa homenagem às pessoas que com seu labor e dedicação ao trabalho vêm contribuindo para engrandecer a Justiça Catarinense", exaltou. Em nome dos homenageados, o advogado Antônio Huggen Nunes agradeceu ao Judiciário pelo reconhecimento do trabalho e confessou que não esperava pelo convite. Além disso, teceu elogios à Justiça catarinense como um todo – aos desembargadores do TJ, aos advogados militantes no Estado e aos órgãos ligados ao Judiciário. O desembargador Pedro Abreu encerrou a cerimônia parabenizando a participação dos músicos e agradecendo ao grande público que se fez presente.

Foto: Ike Botega

A homenagem integra a programação de comemoração dos 115 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Presidentes de tribunais de Justiça de outros estados também vieram prestigiar o evento, como os desembargadores Celso Limongi (TJ/SP), Marco Antônio Leal (TJ/RS) e Claudionor Miguel Duarte (TJ/MS). Os condecorados da noite foram: ministra Ellen Gracie Northfleet; advogado Roberto Antônio Busato; juíza do trabalho Lígia Gouvêa; desembargador aposentado Ayres Gama Ferreira de Mello; conselheiro Otávio Gilson dos Santos; advogado Hylton Gouvêa Lins; reitora Nara Maria Göcks; advogado Antônio Hügen Nunes; advogado Alcides Abreu; servidor Ari Dorvalimo Schürhaus; empresário Eggon João da Silva; servidor Mário José Simone Ramos; servidor Ricardo Lentz; jornalista Mário Pinto da Motta Júnior; João Pedro Delfes Varela; servidor aposentado Altevir Bigaton e delegado Renato Hendges.

Saiba quem são os homenageados

Ministra Ellen Gracie Northfleet: é a primeira mulher a exercer a presidência do STF.

Advogado Roberto Antônio Busato: é presidente nacional da OAB.

Conselheiro Otávio Gilson dos Santos: foi presidente da Alesc e hoje preside o TCE.

Desembargador Ayres Gama Ferreira de Mello: foi presidente do TJ/SC e do TRE. Criador do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário.

Juíza Lígia Maria Teixeira Gouvêa: presidiu o TRT da 12ª Região.

Professor Alcides Abreu: graduado em Direito, Filosofia e Economia. Publicou 17 livros e lecionou em universidades.

Advogado Antônio Huggen Nunes: implantador da Procuradoria Geral do Estado. Integra o 4º Tribunal de Ética e Disciplina da OAB.

Advogado Hylton Gouvêa Lins: consultor jurídico da Irmandade do Senhor dos Passos e Hospital de Caridade. Integra a diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados.

Professora Nara Maria Kuhn Göcks: reitora da Uniplac, em Lages, onde contribuiu para a implantação do Núcleo de Prática Jurídica.

Servidor Altevir Bigaton: exerceu o cargo de juiz de paz por mais de 10 anos, atuou como escrivão eleitoral por 18 e aposentou-se como escrivão judicial em Concórdia.

Servidor Ari Dorvalino Schürhaus: servidor do TJ desde 1974, foi chefe do gabinete da presidência e da diretoria de Infra-Estrutura. Atualmente, é diretor de Recursos Humanos.

Servidor Mário José Simone Ramos: servidor mais antigo em atividade. Atuou em mais de 22 concursos para ingresso na magistratura.

Servidor Ricardo Lentz: servidor desde 1983, onde atuou com louvor por várias gestões como diretor de Orçamento e Finanças.

Empresário Eggon João da Silva: fundador do Grupo Weg. Reconhecido colaborador da Justiça catarinense, especialmente na comarca de Jaraguá do Sul.

Senhor João Pedro Delfes Varela: coordenador da entidade Movimento Porta Aberta. Presta serviços voluntários em prol da APAE, através da coordenação da Feira da Esperança.

Jornalista Mário Motta Júnior: atuou em diversas solenidades como mestre de cerimônia. Em seu programa na rádio CBN oferece espaço para temas ligados à Justiça.

Delegado Renato José Hendges: delegado da Polícia Civil há 40 anos, desde 1990 está lotado na Divisão Anti-Seqüestro. É também professor de investigação policial na Acadepol.

(Fonte: assessoria de imprensa do TJ/SC)

Os homenageados, pessoalmente ou representados, receberam suas comendas das mãos de desembargadores que integram o Pleno

Fotos: Ike Botega

Alguns homenageados não puderam comparecer, como a ministra Ellen Gracie e o advogado Roberto Busato

Administrativas

Esquenta briga pela presidência da OAB/SC

Duas chapas disputam o pleito, que será realizado dia 16. Na mesma data serão escolhidos os conselheiros e os gestores da CAASC

Cerca de 16 mil advogados de todo o Estado terão um importante compromisso no dia 16 de novembro. Nesta data, das 9h às 16h, serão realizadas as eleições para a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina (OAB/SC), para a Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina (CAASC), bem como para os Conselhos Federal, Estadual e Pleno da OAB.

Duas chapas estão na disputa: "Cidadania" (situação) e "Nova Ordem" (oposição). Pela situação, concorrem os advogados Paulo Roberto de Borba (Presidência da OAB/SC), de Blumenau, Paulo Marcondes Brincas (Vice-presidência OAB/SC), de Florianópolis, e Renato Kadletz (Presidência da CAASC), de Florianópolis. Já a chapa de oposição é encabeçada pelo advogado Luiz Fernando Roslindo, de Jaraguá do Sul, tendo como vice Tullo Cavallazzi, de Florianópolis. Para a presidência da CAASC, a Nova Ordem lança Lauro Machado Linhares.

"Continuar fazendo sinônimas as palavras 'cidadania' e 'advocacia'" é a maior meta da chapa da situação

Entre as propostas da chapa "Cidadania" estão: lutar por honorários dignos e acompanhamento dos projetos de lei neste sentido encaminhados por esta gestão; exigir respeito às prerrogativas dos advogados; divulgar nos fóruns, delegacias, cartórios, etc. as prerrogativas dos advogados, afixando em local visível ao público e funcionários para o perfeito conhecimento dos direitos dos advogados; dar continuidade à promoção de campanhas de esclarecimento à população sobre a importância do advogado; lutar pela criação e instalação de novas varas no interior e na capital onde houver excessivo volume de feitos; prosseguir com a política de redução da anuidade do jovem advogado; bem como lutar contra a proliferação indiscriminada de cursos de direito em Santa Catarina e promover a aproximação dos cursos com a OAB. "Prosseguir fazendo sinônimas as palavras 'cidadania' e 'advocacia'. Essa continua sendo a nossa maior meta. Sem jamais abdicar da independência, a OAB/SC está permanentemente atenta à representação, à defesa, à seleção e à disciplina dos advogados. A lisura do exame de Ordem, as ações pela valorização da classe, a voz sempre altiva contra a violação de nossas prerrogativas e a defesa intransigente dos legítimos direitos da advocacia atestam que a OAB vem desempenhando a sua missão", ressalta Paulo de Borba.

Já a chapa "Nova Ordem" apresenta as seguintes propostas: transformação de créditos dos defensores dativos em títulos públicos negociáveis; transformação dos precatórios de verbas honorárias em títulos negociáveis; redução do valor da anuidade; luta pela efetiva valorização da classe; apoio ao jovem advogado; compensação de créditos da Defensoria Dativa com a anuidade da OAB; luta contra o aviltamento dos honorários advocatícios; Quinto Constitucional: indicação de advogados (as) comprometidos (as) com os ideais e as prerrogativas da advocacia; luta pela prevalência dos pareceres da OAB contrários à abertura de novos cursos jurídicos; luta pela revogação dos dispositivos legais que dispensam a participação do advogado em processos judiciais e administrativos; celebração de convênios com estacionamentos próximos aos fóruns e tribunais. "Queremos ainda promover a interiorização da OAB, o que poderá se dar através da regionalização das comissões, aproveitando, obviamente, os advogados da região envolvida com a necessidade que se discute. Trataremos com atenção especial também temas como Defensoria Dativa e precatórios. E por último, vamos lutar para que possamos ter um pouco mais de celeridade na tramitação dos processos", destaca Roslindo.

A interiorização da OAB, a Defensoria Dativa e os precatórios são alguns temas importantes apontados pela oposição

As propostas, a nominata completa das chapas, o currículo dos candidatos, entre outras informações, podem ser conferidos no site das duas chapas: www.comitecidadania.com.br e www.novaordem.adv.br.

Conheça os candidatos:

Paulo Roberto de Borba
Advogado militante em Blumenau e Florianópolis, Paulo Roberto de Borba formou-se em Administração de Empresas na ESAG - Escola Superior de Administração e Gerência, em 1982. Em 1983 formou-se em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi conselheiro subseccional e presidente da Subseção de Blumenau. Foi também vice-presidente da OAB/SC e presidente de Câmara Julgadora. Atualmente é presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina - CAASC.

Foto: divulgação

Foto: divulgação

Luiz Fernando Roslindo
Luiz Fernando Roslindo é natural de Joinville, onde se formou pela Faculdade de Direito. Especializando em Direito Empresarial, é advogado militante desde 1985. Mantém escritório de advocacia em Jaraguá do Sul e Joinville. Foi conselheiro da Subseção da OAB/SC de Jaraguá do Sul de 1993 a 1998, e conselheiro estadual da OAB/SC entre 1998 e 2003. Foi membro da Câmara de Relações Trabalhistas da Fiesc, e integrante da banca de exame na prova oral do concurso para juiz do Trabalho no TRT, 12ª Região.

Professor francês faz palestra sobre Direito e Pós-Modernidade

A Universidade do Vale do Itajaí (Univali), com o apoio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina (OAB/SC) e Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ), promoveu, no dia 26 de outubro, o "I Seminário sobre Direito e Pós-Modernidade". O evento foi realizado no Auditório do Tribunal Pleno e contou com palestra do professor francês Michel Maffesoli, da Universidade de Sorbonne (Paris).

Docente em faculdades da Europa, Estados Unidos e Japão e autor de vários livros, entre eles, "O Tempo das Tribos" e "À Sombra de Dionísio", o palestrante tem profundo conhecimento em temas vitais de sua época, como o senso comum e o cotidiano, sendo considerado um pensador pós-moderno. Acompanhando-o à mesa os professores Moacyr Motta da Silva, Maria da Graça dos Santos e João José Leal (intérprete).

Durante a palestra, o professor explicou a ligação entre Direito e Pós-Modernidade. Para ele, ambos devem caminhar juntos, já que "o momento que vivemos está saturado e precisamos nos preparar para um outro tempo, uma nova era". "Não sabemos o que vai ficar e o que vai cair no Direito quando a Pós-Modernidade chegar", afirmou. E acrescentou: "no futuro vamos ter uma vida, um cotidiano diferentes deste moralismo que vivemos atualmente." Presentes no evento, os magistrados Antônio Fernando do Amaral e Silva, Luiz César Medeiros, Sérgio Baasch Luz, Sérgio Izidoro Heil e Sônia Maria Schmitz, bem como advogados, estudantes, professores e funcionários do TJ.

Foto: Rafaela Dornbusch

O palestrante é docente em faculdades da Europa, Estados Unidos e Japão

Associativismo

Jogos da Magistratura reúnem juízes e família

A 5ª edição do evento reuniu 85 magistrados e seus familiares em Lages, para confraternização e disputa de 23 modalidades desportivas

A 5ª edição dos Jogos da Magistratura Catarinense, realizada em Lages pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), entre 12 e 14 de outubro, marcou os participantes pela organização, entrosamento e pelo clima festivo entre os presentes. O público (85 magistrados ativos e inativos, mais seus familiares) foi menor do que o das edições anteriores, mas o número de presentes não atrapalhou o objetivo do evento: congregar colegas de profissão de todas as partes do Estado.

Segundo o juiz Geraldo Corrêa Bastos, presidente da comissão organizadora dos Jogos, o destaque do evento deste ano não foi um atleta ou uma equipe, mas uma modalidade pouco usual: "O videokê, este ano, teve 36 participantes. Cresceu vertiginosamente, já que nas edições passadas esta modalidade nunca teve mais de dez participantes", destaca o magistrado. O vencedor na disputa dessa modalidade, aliás, foi o próprio juiz Geraldo Corrêa Bastos. Os outros vencedores são da mesma região: o segundo lugar no podium ficou com Jonas Souza Bastos, de Lages, e o terceiro, com uma dupla: Chico Mineiro e Altamiro de Oliveira, respectivamente de Fraiburgo e de Lages.

O destaque do evento deste ano foi a modalidade videokê, que teve aumento no número de participantes

Foto: Studio Rosita

Evento surpreendeu participantes pela organização, entrosamento e pelo clima festivo entre os presentes

Os jogos de futebol de salão, normalmente os mais disputados, foram vencidos pela equipe formada por Ezequiel, Aracheski, Paulinho, Tomazini, Vicente e Orsatto. Os segundos colocados foram Marlon, Rafael, Aragão, Vilmar, Juliano e Guga. A terceira posição ficou com os atletas Clayton, Edemar, Paulo, Tzelikis, Orsatto.

A próxima edição dos Jogos da Magistratura, em 2007, será realizada em Florianópolis.

Natação Individual/ Adulto/ Masculino - Nado livre
1º lugar: Gustavo Aracheski (Canoinhas)
2º lugar: Gustavo Farias (Laguna)

Natação Individual/ Adulto/ Masculino - Nado peito
1º lugar: Gustavo Aracheski (Canoinhas)

Natação Individual/ Adulto/ Masculino - Nado costas
1º lugar: Gustavo Aracheski (Canoinhas)
2º lugar: Gustavo Farias (Laguna)

Natação Individual/ Adulto/ Feminino - Nado livre
1º lugar: Hildemar M. de Carvalho (São Fco. do Sul)

Natação Individual/ Adulto/ Feminino - Nado peito
1º lugar: Hildemar M. de Carvalho (São Fco. do Sul)

Natação Individual/ Adulto/ Feminino Nado - costas
1º lugar: Hildemar M. de Carvalho (São Fco. do Sul)

Natação Individual/ Mirim/ Masculino - Nado livre
1º lugar: Geovane M. de Carvalho (São Fco. do Sul)
2º lugar: Jonas Souza Bastos (Lages)

Natação Individual/ Mirim/ Masculino - Nado peito
1º lugar: Geovane M. de Carvalho (São Fco. do Sul)
2º lugar: Jonas Souza Bastos (Lages)

Natação Individual/ Mirim/ Masculino - Nado costas
1º lugar: Geovane M. de Carvalho (São Fco. do Sul)
2º lugar: Jonas Souza Bastos (Lages)

Natação Individual/ Mirim/ Feminino - Nado livre
1º lugar: Andressa Cardoso (Videira)
2º lugar: Andressa Tomazini (Fpolis)

Dominó Dupla/ Misto
1º lugar: Renato Muller Bratti (Laguna) e Altamiro de Oliveira (Lages)
2º lugar: José Geraldo P. Silva (Blumenau) e Edemar Schlosser (Brusque)
3º lugar: Hildemar e José Ramos (São Fco. do Sul)

Futsal - Masculino
1º lugar: Esequiel, Aracheski, Paulino, Tomazini, Vicente, Orsatto
2º lugar: Marlon, Rafael, Aragão, Vilmar, Juliano, Guga
3º lugar: Clayton, Edemar, Paulo, Tezelikis, Orsatto

General Individual/ Misto
1º lugar: Túlio Pinheiro (Fpolis)
2º lugar: Deisy M. Sell (B. Camboriú)
3º lugar: Eduardo de Oliveira (Lages)

Videokê - lindividual ou em dupla/ Misto
1º lugar: Geraldo C. Bastos (Lages)
2º lugar: Jonas Souza Bastos (Lages)
3º lugar: Chico Mineiro (Fraiburgo) e Altamiro de Oliveira (Lages)

Volley Four Coletivo/ Misto
1º lugar: Geraldo, Fabiano, Junior, Guilherme, Jonas e Ivan

Xadrez Individual/ Misto
1º lugar: Silvio Orsatto (Lages) e Guilherme Bastos (Lages)
2º lugar: Fabiano Bastos (Lages)
3º lugar: Hildemar M. de Carvalho (São Fco. do Sul)

Xadrez Filhos/ Individual/ Masculino
1º lugar: Guilherme Bastos (Lages)
2º lugar: Jonas de Souza Bastos (Lages)
3º lugar: Geovane M. de Carvalho (São Fco. do Sul)

Canastra Dupla/ Misto
1º lugar: Ademir Wolff (Joaçaba) e Edemar Schlosser (Brusque)
2º lugar: Sandra Bruschi (Tubarão) e Eloni Schlosser (Brusque)
3º lugar: Paulo e Rosangela Tzlikis (Fpolis)

Bolão Individual/ Masculino
1º lugar: Paulo Bruschi (Tubarão)
2º lugar: José Agenor Aragão (Itajaí)
3º lugar: Altamiro de Oliveira (Lages)

Bolão Individual/ Feminino
1º lugar: Sandra Bruschi (Tubarão)
2º lugar: Deisy Sell (B.Camboriú)
3º lugar: Jordane M. Mortari (Laguna)

Bola queimada - Misto
1º lugar: Jonas, Andressa Cardoso, Tainá, Andressa Tomazini, Pamela
2º lugar: Gulherme, Dandara, Natali, Ticiana, Rose

Tênis de campo Individual/ Masculino
1º lugar: Gustavo Farias (Laguna)
2º lugar: Gustavo Aracheski (Canoinhas)
3º lugar: Rodrigo Martins (S. Bento do Sul)

Tênis de campo Dupla/ Misto
1º lugar: Gustavo Farias (Laguna) e Juliano S. Souza (Campo Belo do Sul)
2º lugar: José A. Aragão (Itajaí) e Clayton César Wandscheer (Chapecó)
3º lugar: Gustavo Aracheski e Marlon Negri - Canoinhas (São Fco. do Sul)

Tênis de mesa - Masculino
1º lugar: Décio Mena Barreto (Rio Negrinho)
2º lugar: Gustavo Aracheski (Canoinhas)
3º lugar: Marlon Negri (São Fco. do Sul)

Tênis de mesa - Feminino
1º lugar: Candice dos Anjos (Jaraguá do Sul)
2º lugar: Deisy Sell (B. Camboriú)
3º lugar: Jordane Mortari (Laguna)

Sinuca Individual/ Masculino
1º lugar: Paulo Ricardo Bruschi (Tubarão)
2º lugar: José Agenor Aragão (Itajaí)
3º lugar: Edemar Gruber (Joaçaba)

Truco - Dupla/ Misto
1º lugar: Volnei Tomazini (Fpolis) e Geraldo C. Bastos (Lages)
2º lugar: Hildemar M. de Carvalho e Geovane Carvalho (São Fco. do Sul)
3º lugar: Marlon Negri (Araquari) e Luiz Paulo Labetti (S.Bento do Sul)

Associativismo

Esmesc instala núcleo de estudos avançados

Escola da Magistratura cria canal de comunicação entre profissionais que atuam na área de Juizados Especiais e Casas da Cidadania

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc) está avançando no projeto de expandir suas atividades. No dia 7 de outubro, durante o III Fórum Estadual de Juizados Especiais e Turmas Recursais (III Fejesc), em Balneário Camboriú, a Escola instalou o segundo núcleo de estudos avançados, na área dos Juizados Especiais e Casas da Cidadania. O objetivo é criar um canal de comunicação entre os profissionais da área, para a troca de experiências e produção acadêmica.

O coordenador geral dos núcleos de estudos, juiz Edison Zimmer, acredita que o momento é oportuno para discutir a questão dos Juizados Especiais e das Casas da Cidadania, uma vez que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está empreitando uma campanha pelo incentivo à conciliação como meio alternativo à Justiça comum. Ele lembra que o Estado é pioneiro em iniciativas dessa área: "As casas da cidadania, que buscam resgatar os direitos das pessoas que são excluídas do sistema legal de Justiça, foram implantadas aqui há anos. Os juízes daqui são muito criativos no sentido de buscar parcerias para que esses projetos dêem certo."

Foto: divulgação

A cerimônia de instalação foi realizada durante o III Fórum Estadual de Juizados Especiais e Turmas Recursais, em Balneário Camboriú

O juiz Zimmer aponta que a conciliação é importante porque faz com que as pessoas encontrem soluções para seus problemas através de acordos, com a mediação de um conciliador treinado, diminuindo a procura pela Justiça comum. É mais rápido para os cidadãos e mais barato para o Judiciário.

Os magistrados catarinenses podem participar dos núcleos da Esmesc, bastando se inscreverem através do e-mail nucleos@esmesc.org.br. Os demais profissionais atuantes nas áreas de abrangência dos núcleos podem ser indicados para participação pelo coordenador do núcleo (no de Juizados Especiais, o coordenador é o juiz Eduardo Gallo M. Júnior), pelo coordenador geral dos núcleos, juiz Edison Zimmer, ou podem ser indicados por membros do grupo, que levarão o nome a apreciação. O primeiro núcleo instalado foi o da Infância e Juventude, coordenado pelo juiz Marcelo Carlin, no dia 15 de setembro. Ainda estão previstos núcleos de estudos avançados nas áreas de Direito Constitucional, Direito Penal e Processual Penal, Direito Tributário, Direito Empresarial, Direito de Família, Direito Público e Direito Civil e Processual Civil.

Terminam jornadas do CPC

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc) promoveram, no dia 20 de outubro, a sexta e última etapa das jornadas itinerantes sobre as recentes alterações no Código de Processo Civil, que desta vez foi realizada no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), em Florianópolis. Palestraram no referido evento o desembargador Luiz César Medeiros e os juízes Hélio do Valle Pereira e Paulo Henrique Moritz Martins da Silva.

A primeira etapa da jornada foi realizada com grande sucesso na cidade de Lages, no dia 4 de agosto. Foram realizadas conferências também nas cidades de Joinville (18/08), Chapecó (01/09), Blumenau (22/09) e Criciúma (06/10). A média de público em cada um dos eventos foi de 150 participantes, entre magistrados e servidores do Poder Judiciário.

A organização dos eventos foi feita pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc), Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) e pela Academia Judicial.

Sede balneária abriga torneio

As quadras de saibro e de cimento da sede balneária da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) foram palcos da disputa da "I Marques Gonzatto Tenis Open", competição com as fases classificatórias realizadas entre os dias 27 a 29 de outubro. Antenor Silveira, 42, e Marcos Antônio, 38, classificaram-se para a disputa da final, marcada para o dia 7 de novembro.

Promovido pela AMC em parceria com a Marques Gonzatto Escola, o evento foi aberto ao público. Os participantes foram divididos em duas categorias. Na chave de adultos, 16 jogadores de nível classe 4º, 5º e 6º se enfrentaram. Atletas com menor experiência estavam agrupados na categoria "Iniciantes", voltada para qualquer atleta abaixo da 4º classe do esporte, independentemente da faixa etária.

Entre os magistrados, o destaque foi o juiz Pedro Roldan, que chegou à semi-final da competição, sendo eliminado por Marcos Antônio. Após a disputa da final, o campeão e o vice do torneio vão receber R$300 e R$100, respectivamente.

Histórico

Antes da "I Marques Gonzatto Tênis Open", o último torneio realizado pela parceria AMC/ Marques Gonzatto Escola foi vencido pelo juiz Guilherme Born. O juiz Pedro Roldan ficou com o vice-campeonato.

Entidades promovem seminário

A relação entre a dignidade humana e o Direito Constitucional será discutida em conferência proferida pelo professor polonês Krystian Complack, da Universidade de Wroclaw (Uniwersytet Wroclawski), no dia 8 de novembro. Intitulada "A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional Contemporâneo", a conferência será realizada no auditório da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc), em Florianópolis, das 19h às 22h.

Complack é conhecido na América Latina pela monografia "Los Gobiernos de facto en América Latina: 1930 – 1980". No estudo, o professor analisou as diversas formas de governo dos países latino-americanos. Além disto, o docente ministra aulas de Direito Constitucional na Universidade de Wroclaw (Polônia), conhecida por ser a instituição na qual o físico alemão Gustav Kirchoff descobriu os elementos químicos Césio e Rádio, em 1861.

Inscrições e Organização

As inscrições para o evento são gratuitas. Os magistrados podem se inscrever através do e-mail eventos@amc.org.br. Os demais interessados devem solicitar a inscrição no e-mail secretaria@ esmesc.org.br.

São promotoras da Conferência a Esmesc, a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), os Cursos de Direito da Unisule da Univali/ São José, o Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (Idasc), a Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina (Ejesc) e a Escola Superior da Advocacia da OAB-SC (ESA/OAB-SC). Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (48) 3231-3044 ou 3231-3042.

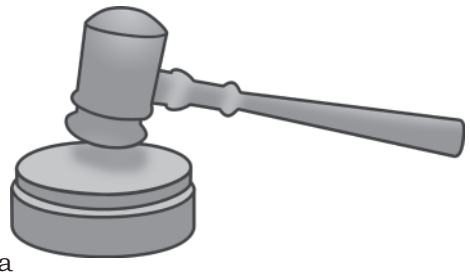
Juiz é homenageado no Sul

O juiz diretor do fórum de Orleans, Augusto César Allet Aguiar, recebeu, na noite de 20 de outubro, em sessão solene do Legislativo, o título de Cidadão Orleanense. O magistrado atua na comarca há cerca de seis anos, período no qual se notabilizou por ações voltadas à comunidade, bem como pelo cumprimento correto do seu trabalho no Judiciário.

Em dez anos de carreira, o juiz Aguiar já julgou mais de 10 mil processos. Ele afirma que procura sempre incluir a comunidade em suas ações. Um exemplo está na destinação de recursos, vindos de multas judiciais, em favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; no auxílio para aquisição de equipamentos novos destinados às polícias Militar e Civil; e na destinação de recursos e equipamentos para ajudar clubes de serviço e entidades não governamentais.

Em breve, o juiz Augusto Aguiar deixará a cidade para assumir suas funções na comarca de São Bento do Sul.

Decisões Judiciais



Deinfra é condenado em ação da Via Expressa

A primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), em matéria sob relatoria do desembargador Vanderlei Romer, negou recurso interposto pelo Departamento Estadual de Infra-Estrutura – Deinfra - contra decisão que o condenou ao pagamento de R$7 milhões, aproximadamente, ao Consórcio CBPO - CNO, composto pelas empresas Engenharia Brasileira de Projetos e Obras e Construtora Norberto Odebrecht.

As autoras relataram que foram vencedoras em processo licitatório que tinha como objetivo a execução de obras de abertura de túneis, aterro hidráulico, terraplanagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, serviços complementares e drenagem da Via Expressa Sul, em Florianópolis.

Ao ganhar a licitação, eles firmaram um contrato administrativo e afirmam que sempre cumpriram com as suas obrigações contratuais.

As construtoras sustentaram, ainda, que o Deinfra não cumpriu uma das cláusulas do contrato, que previa o pagamento dos serviços a partir da data do início das obras. Explicaram também que, ao verificar as reais condições geológicas do maciço dos túneis da Via Expressa Sul, constataram uma situação totalmente diferente daquela prevista no Edital.

As reclamantes sustentaram que o órgão não cumpriu uma cláusula do contrato, que previa o pagamento dos serviços a partir do início das obras

Em 1ª instância, o Deinfra foi condenado a ressarcir os prejuízos da empresa. Inconformado com esta decisão, o Departamento apelou ao TJ,quando alegou que as dívidas já foram quitadas e que houve atraso na entrega da obra, o que não ficou comprovado. A decisão da 1ª Câmara de Direito Público, por unanimidade, foi manter a sentença. Há possibilidade de recurso aos tribunais superiores. Os advogados Alexandre Waltrick Rates, André Luiz Dacol e Rafael Graf atuaram no processo em nome das empreiteiras.

TJ recusa *habeas corpus* a golpista

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) negou pedido de habeas corpus em favor de Ricardo José da Mota Mendes, preso preventivamente sob acusação de prática continuada do crime de estelionato e apropriação indébita. Ele alegou excesso de prazo para a formação da culpa no processo, pois está preso há 105 dias, quando a lei estipula este período processual em 81 dias, além de inocência.

A Câmara, todavia, entendeu que o acusado não tem razão, já que são muitas as vítimas que necessariamente precisam ser ouvidas no processo. Além disso, após tomar conhecimento da denúncia, Ricardo Mendes evadiu-se da comarca onde tramita o processo e dificultou o término da instrução, numa demonstração clara de não querer colaborar com a Justiça e dar contas de suas atitudes.

O réu agia em Itapema e Balneário Camboriú, onde passava cheques sem fundos

De acordo com os autos, o réu agia em Itapema e Balneário Camboriú, onde passava cheques sem fundos em dezenas de estabelecimentos comerciais, sempre com valores altos (de R$ 200,00 reais a R$ 2 mil), para compras que chegavam aos R$ 4 mil. No entendimento dos magistrados, a soltura de Ricardo implicaria em desaprovação da população e desvirtuaria a credibilidade da Justiça.

Além da gravidade e máxima relevância dos crimes perante a sociedade, o réu fugiu após a prática dos delitos e permaneceu escondido por oito anos. Neste período, segundo informações nos autos, teria praticado o mesmo tipo de delito na Europa, mais precisamente em Portugal, onde já possui inclusive condenação. A decisão da 1ª Câmara Criminal de negar o habeas corpus foi unânime.

PM indenizará banhista

Decisão proferida pela comarca de Mafra foi parcialmente reformada pela 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), que concedeu indenização por danos morais e materiais à mulher que foi atropelada por um jet-ski, quando estava em um passeio de "bananaboat".

Mulher foi atropelada por um jet-ski, quando estava em um passeio de "banana-boat"

A vítima relatou que, durante férias em Balneário de Enseada, no município de São Francisco do Sul, foi dar um passeio de "banana-boat" (espécie de embarcação puxada por uma lancha), com mais duas pessoas. Quando estavam distantes cerca de 200 metros da praia, a embarcação foi surpreendida por um jet-ski da Polícia Militar, que exercia a função de salva-vidas, e atingiu a perna direita da vítima, causando-lhe diversos ferimentos.

A mulher sustentou a imprudência do policial e a falta de manutenção do equipamento, e requereu indenização do Estado. Por sua vez, o condutor disse que não viu a lancha aproximar-se. A decisão do TJ condenou o Estado ao pagamento de R$ 205,00 pelos danos materiais causados à autora. Os danos morais foram minorados de R$ 20 para R$ 15 mil, e os danos estéticos, requeridos em 1ª grau, foram extintos em virtude da ausência de provas. O relator do processo foi o desembargador substituto Jaime Ramos.

Atropelamento na faixa

A 3ª Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) confirmou sentença da comarca de Concórdia e condenou F.J.G. ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 5 mil, pelo atropelamento de T.A.B. em cima da faixa de segurança.

Além disso, o motorista deve ressarcir a quantia referente à compra de um "andador" para a vítima, assim como o reembolso das eventuais despesas médicas no futuro necessárias ao restabelecimento da vítima. O acidente aconteceu no município de Concórdia em 2000, quando T.A.B. atravessou a Rua Leonel Mosele na faixa de segurança, com o semáforo de pedestre aberto.

Com o recurso neste Tribunal, a vítima pretendia aumentar o valor da compensação. Entretanto, para o relator do processo, desembargador Fernando Carioni, a quantia é adequada para o caso, pois não proporciona o enriquecimento sem justa causa da autora nem a penúria ao réu. A votação foi unânime.

Celesc ressarce por queda de energia

Por decisão unânime da 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), em matéria sob relatoria do desembargador Francisco Oliveira Filho, a Celesc deverá indenizar a empresa Gracher Empreendimentos Turísticos Ltda. pelos prejuízos causados com a interrupção no fornecimento de energia no final de abril de 2003.

O sistema de ar condicionado e os elevadores da Gracher apresentaram problemas e necessitaram de manutenção e substituição de peças depois da queda de energia elétrica, registrada entre os dias 25 e 26 de abril de 2003 – as partes divergem em relação à data do problema. A Comarca de Brusque já decidira que a Celesc devia à Gracher a indenização de R$ 7,3 mil, porém a ré interpôs agravo retido contra a decisão que negou o pedido de denunciação da lide à Indústria de Vinagre e Plástico Heinig. Esta seria, segundo a Celesc, a responsável em última análise pela interrupção no fornecimento, devido a um defeito em uma de suas chaves particulares.

O sistema de ar condicionado e os elevadores da empresa Gracher apresentaram problemas

A decisão do TJ de negar seguimento ao agravo retido e ao apelo tem por base o princípio da responsabilidade objetiva, segundo o qual basta a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre evento danoso e conduta do prestador de serviços públicos para que se configure o dever de indenizar. A denunciação de nova parte ao processo, neste caso uma empresa particular, acarretaria a necessidade de produção de outras provas para demonstrar sua culpa, em prejuízo à celeridade da prestação jurisdicional. A Celesc, que ainda pode recorrer da decisão aos tribunais superiores, mantém igualmente direito de buscar seu prejuízo frente a empresa que acusa como responsável pelo sinistro, porém, em outra ação.

TOGA JUSTA

R. URTIGÃO

Reeleições

Reeleito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com grande e expressiva votação, reinicia um novo mandato em 1º de janeiro de 2007. O debate eleitoral e os fatos mostraram que o findante primeiro mandato deixou um rastro de escândalos mal ou ainda não totalmente resolvidos. Existem inquéritos e procedimentos na Justiça Eleitoral e no Ministério Público Federal em curso. Os casos do "dossiê Vedoin" e produção de "cartilhas" estão pendentes de conclusão. A grande vitória não apagou esses problemas.

Há, substancialmente, na base da política nacional, o problema da governabilidade. O presidente reeleito não conta, ainda, com maioria no Senado e na Câmara Federal, bem como entre a totalidade dos governadores eleitos. Já disse o presidente que vai conversar com todos, vai fazer coalizões com os partidos, justamente para acertar as imprescindíveis condições de governabilidade. E é de acreditar que conseguirá, mas que implicará em concessões que possam mutilar programas e metas.

***

O governador Luiz Henrique da Silveira convalidou as previsões da reeleição, a primeira na história política de Santa Catarina. Não atingiu os 12% do Ibope, mas venceu com razoáveis 5,42%. Sua grande derrota foi na capital do Estado, o que deverá implicar na eleição pela Prefeitura de Florianópolis em 2008.

A governabilidade será tranqüila, pela grande maioria de deputados (27 dos 40) que apóiam o governador reeleito na Assembléia Legislativa. O problema talvez residirá na "retaliação", ou seja, na repartição de secretarias, empresas públicas e outros organismos oficiais, entre os partidos e aliados que compuseram a grande aliança liderada pelo partido do governador.

Sucessão no TJ

O presidente do TJ/SC, desembargador Pedro Manoel Abreu, que foi empossado em fevereiro deste ano, não está nem aí para "conversas de sucessão". Na verdade, seu governo – como os demais – somente engrena meses depois, até "tomar pé" da situação do Judiciário. "Off record", sabe-se que o presidente deseja cumprir o seu mandato com tranqüilidade (vai até janeiro de 2008), aplicar o seu programa de gestão, não aceitando imposições prematuras de candidaturas. No momento exato, falará abertamente sobre o assunto, revelando o nome do apoiado para a sucessão.

Discurso

Muito elogiado o discurso proferido pelo advogado Antonio Hugen Nunes, falando em nome dos homenageados na sessão de aniversário do TJ/SC. Foi muito aplaudido pela excelência do conteúdo e da excepcional oratória.

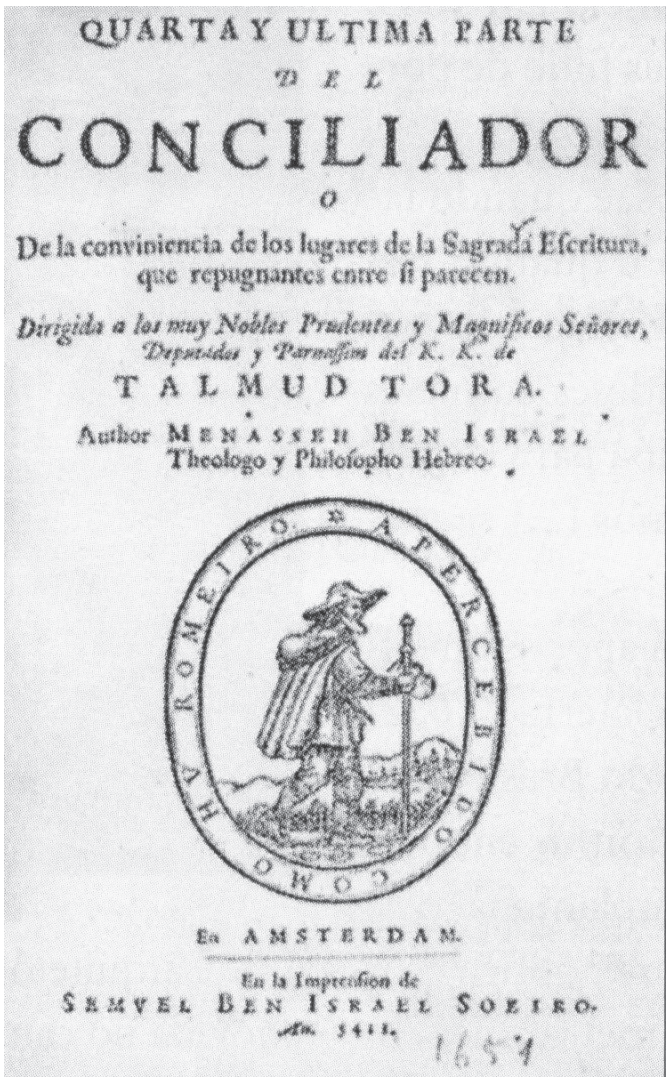

QUARTA Y ULTIMA PARTE
DEL
CONCILIADOR
O
De la conviniencia de los lugares de la Sagrada Escritura, que repugnantes entre si parecen.
Dirigida a los muy Nobles Prudentes y Magnificos Señores, Deputados y Parnassim del K. K. de
TALMUD TORA.
Author MENASSEH BEN ISRAEL
Theologo y Philosopho Hebreo.
HAROMEIRO APERCEBIDO
En AMSTERDAM.
En la Impression de
SEMUEL BEN ISRAEL SOZIRO.
1654

Imagem: revista "Nossa História", ed. 36

Um compêndio sobre os procedimentos do conciliador, de 1654. A conciliação é atividade extrajudicial que se propõe a provocar a cessação do conflito através de recíprocas concessões. Em contraste, somente neste ano de 2006 o Conselho Nacional de Justiça lança a campanha para todo o país, criando o "Dia nacional da conciliação"

Aposentados

O presidente do TJ, desembargador Pedro Manoel Abreu, recebeu no dia 14 de outubro mais de 40 magistrados aposentados para tratar de assuntos dos seus interesses. Foi formada uma comissão composta pelos drs. Walter Ziguelli, Renato Melilo Filho e Maurício D'Avila para estudar os temas tratados. Compareceu à reunião o presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão.

Tirada

Maluf mistura "a esperteza de raciocínio e atilada percepção das conveniências". Da revista "piauí", recentemente lançada por um grupo de jornalistas intelectuais.

Gravatas

Entre ternos e togas, alguns desembargadores no TJ/SC ostentam lindas gravatas importadas de padrões modernos... de fazer inveja!

Férias

A pedido do Conselho Federal da OAB, o plenário do Conselho Nacional de Justiça decidiu no último dia 24 de outubro, suspender os efeitos do art. 2º da Resolução nº 3 do próprio CNJ, que determinava a extinção definitiva das férias coletivas. A decisão libera os tribunais, provisoriamente, para que decidam sobre os seus períodos de férias. Estranhamente, o CNJ "legislou" sobre o tema quando a competência para tal é do Congresso Nacional; já a matéria de férias está inscrita no art. 96, "f", da Constituição, que defere aos tribunais a concessão de férias, licenças e outros afastamentos.

No TJ/SC o tema deverá ser regulado pelo Conselho de Administração com a palavra final do Tribunal Pleno e, ao que consta, de 20 de dezembro a 2 de janeiro de 2007 haverá o recesso, com os devidos plantões, seguindo-se as já tradicionais férias coletivas.

Jobim, o retorno

Antes mesmo da decisão eleitoral do dia 29, o presidente Lula já havia convidado o aposentado ministro do STF Nelson Jobim para substituir Márcio Thomaz Bastos no Ministério da Justiça. Bastos retorna para São Paulo, onde está inaugurando um novo escritório de advocacia.Por falar no ministro Thomaz Bastos, ele, na sua solidão hoteleira de Brasília (a família reside em São Paulo), desde a posse exerce o "hobby" de "diarista", no sentido de escritor memorialista. Já manuscreveu 17 volumes que são mantidos à chave, para serem publicados depois de muitos invernos políticos.

Bingos

Mesmo após a decisão do STF, julgando inconstitucional a lei catarinense que regulava os bingos e caça-níqueis, e a posterior ação da polícia, fechando os estabelecimentos, nos últimos dias, aqui na capital, vários deles foram reabertos, bem como novas casas de jogatina.

Os 115 Anos

As comemorações dos 115 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina receberam programação especial, que culminou com a sessão de entrega de medalhas de grande mérito, mérito e insígnia aos indicados pelo Pleno da instituição.A ministra Ellen Gracie Northflett não pode comparecer, alegando compromissos já agendados. Sabe-se, todavia, que antes de designar a data para a realização da sessão solene, a ministra foi consultada, sendo-lhe ofertada a disponibilidade de datas. Também não compareceu o presidente do Conselho Federal da OAB, Roberto Busato.

Entretanto, a festividade do dia 19 de outubro foi coroada de êxito. A começar pelo cerimonial prático, descomplicado, objetivo. O abrilhantamento pela Orquestra Sinfônica de Florianópolis, acompanhada da Associação Coral da capital foi deslumbrante. Após a cerimônia, o presidente Pedro Manoel Abreu e senhora recepcionaram os convidados em um elegante jantar na Alameda Casa Rosa.

Conciliação

Comemorando o Dia Nacional da Conciliação, 8 de dezembro, a 1ª Turma de Recursos Cíveis e Criminais da capital promoverá uma sessão especial para conciliar processos oriundos dos Juizados Especiais, visando a compor os conflitos de interesses. Da mesma forma, o Núcleo de Conciliação do TJ/SC fará realizar audiência especial. Neste mês de novembro, o Núcleo deslocar-se-á para Chapecó promovendo várias audiências de processos da região, cujas partes e advogados já manifestaram-se favoráveis à tentativa de conciliação. Deverá comparecer também em Chapecó o coordenador nacional dos Mutirões de Conciliação, o desembargador catarinense Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.

Remuneratório

O Conselho Nacional de Justiça aprovou, também, por unanimidade, o requerimento da AMB - o fim do chamado "subteto salarial" dos desembargadores estaduais, determinado pelas resoluções nºs 13 e 14. Pela decisão, a diferença remuneratória entre os desembargadores estaduais e juízes do segundo grau da União (federais, trabalhistas e militares) foi eliminada. Para o presidente Rodrigo Collaço, a eliminação do subteto da magistratura estadual configura uma grande conquista para todos os juízes, pois é medida de justiça e de eqüidade.

Contracapa

Comentário

A OAB e suas eleições

As eleições para as composições dos conselhos secionais, seus presidentes, diretorias, Caixa de Assistência e Conselho Federal da OAB serão realizadas no próximo dia 16 de novembro, mediante cédulas únicas e votação direta dos advogados regularmente inscritos, sendo eleitas as chapas que obtiverem a maioria dos votos válidos (arts. 63 e 64 da Lei n° 8.904/94).

No sistema eleitoral anterior à Lei n° 4.215/63, as eleições para os Conselhos Secionais davam-se através de inscrições individuais em listas. Não havia chapas. Os 24 mais votados das listas, pertencentes às diversas correntes políticas da corporação eram eleitas. Tomando posse, elegiam o presidente e sua diretoria, os membros da Caixa de Assistência e os conselheiros federais. Neste sistema, as minorias oposicionistas ficavam representadas no Conselho. No atual vigorante, a chapa vencedora compõe o Conselho sem qualquer oposição, a não ser aqueles dissensos internos, autofágicos que venham a surgir no curso da gestão.

"No atual sistema, a chapa vencedora compõe o Conselho sem qualquer oposição"

Quando da reforma estatutária da OAB de 1991, pertencíamos ao Conselho Federal, juntamente com os drs. Miguel Hermínio Daux e João Henrique Blasi.

Nos debates das prolongadas sessões, e, especificamente, no do processo eleitoral, com apoio das bancadas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, lutamos para derrubar o atual modelo com várias emendas, sem sucesso, diante do rolo compressor das delegações do Norte e Nordeste do país.

Foto: assessoria de imprensa OAB/SC

As eleições para os Conselhos Secionais, Caixa de Assistência e Conselho Federal da OAB serão realizadas no dia 16

Argumentávamos que a OAB estava praticando um discurso ambíguo, ou seja, para outras instituições, entidades ou atividades, pregava a democracia eleitoral, com eleições diretas e participação das minorias, mas internamente estava sendo anti- democrática, privilegiadora de grupos dominantes.

No sistema atual do chapão, como lembraram os Drs. Carlos Adauto Vieira (AN,14/10) e Silvério Debarba (AN, 24/10), "...não há eleitos de oposição, mesmo que tenham mais votos do que os do chapão..."; "A OAB, que parece querer ensinar a democracia para os outros, instituiu para si mesma um sistema eleitoral de cadastro, antidemocrático...".

"A OAB instituiu um sistema eleitoral de cadastro, antidemocrático"

O Conselho, composto somente por candidatos que apóiam o presidente, frustra a democracia "oabeana" (expressão esta por nós criada no Conselho Federal, que integramos por oito mandatos, de 1977 a 1993).

Estas colocações visam a retornar ao debate temático da questão, sem qualquer favorecimento às candidaturas que estão postas para o embate eleitoral dos próximos dias.

** Desembargador aposentado Carlos Alberto Silveira Lenzi*

Curso de Preparação para a Magistratura:
- Reconhecido pelo TJ/SC como atividade jurídica, conforme a EC nº 45;
- Turmas do módulo I em andamento: Florianópolis, Chapecó, Tubarão e Balneário Camboriú.

Núcleos de Estudos Avançados nas áreas:
- Direito Constitucional;
- Direito Penal e Processual Penal;
- Direito Tributário;
- Direito Empresarial;
- Direito de Família;
- Direito Público;
- Direito Civil e Processual Civil;
- Juizados Especiais e Casas da Cidadania;
- Direito da Infância e Juventude.

Cursos de extensão para operadores do Direito:
- Português jurídico;
- Conhecimentos gerais: História, Geografia e Literatura catarinenses.

Diretoria:
Juíza Mônica Elias De Lucca Pasold e Juízes Paulo Ricardo Bruschi e Edison Zimmer

Mais informações no site www.esmesc.org.br
Rua dos Bambus, 116, Itacorubi, Florianópolis/SC (48) 3231 3041

ESMESC
Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina
20 Anos